

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Léia Chrif de Almeida

A (RE) VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NO DISTRITO DE PARELHEIROS, SÃO
PAULO, SP: MORADIA, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2012

Agradecimentos

Compartilhar as mudanças em Parelheiros e compreender seus significados me permitiu olhar com outros olhos as transformações que este lugar vem passando, não mais com uma percepção teológica e naturalizada que possuía antes de entrar na Universidade e iniciar as pesquisas. E ainda, conseguir conciliar o tempo lento que as leituras e reflexões exigem junto ao tempo fabril da Universidade não foi [e não é] tarefa fácil, portanto, preciso carinhosamente agradecer algumas pessoas.

Em primeiro lugar à Professora Dr^a. Silvana Maria Pintaudi pela oportunidade concedida e por depositar sua confiança no potencial do trabalho. Além disso, exaltar a exigência e o rigor que esta professora possui em seus trabalhos e com seus orientandos, qualidade esta tão escassa neste momento nebuloso que a Universidade vive.

À professora Dr^a Glória Anunciação Alves do Departamento de Geografia Humana Da USP. Devo agradecer pela compreensão em momentos difíceis, pelas discussões, apontamentos e contribuições que tanto ajudou no desenvolvimento do trabalho. Preciso agradecer também aos estímulos que esta professora concedeu em momentos de fraqueza e angustia durante o percurso desta pesquisa.

Aos funcionários da UNESP *campus* Rio Claro, precisamente ao Matheus e ao Diogo da sessão técnica de graduação que me atendiam tão bem e com tanta competência. A Nilza funcionária da biblioteca pela sua dedicação e prontidão com os usuários. A Meire funcionária de serviços gerais do ICGE, pessoa boníssima e por diversas vezes ombro para minhas lamentações.

Ao espaço da moradia estudantil que possibilitou tantas discussões profícuas [por um determinado momento] e contribuíram na formação de pessoas e na própria construção daquele espaço e que hoje, passa por um empobrecimento de diálogo e por uma carência de maturidade. Mas confiando na renovação histórica: esse quadro é passageiro.

Agradeço ao Rafael e a Tereza, ambos funcionários da subprefeitura de Parelheiros, pela disponibilidade em conceder informações e dados tão essenciais para a construção deste trabalho.

À Cristiane Moura, pessoa muito serena e que foi tão essencial na composição gráfica do trabalho.

Ao Rafael Magno pelo companheirismo, paciência e dedicação.

À Nazira Ahmad Chrif, minha mãe, pelo longo e árduo esforço que obteve em conceder a chance dos filhos prosseguirem os estudos.

Despejo na Favela

Quando o oficial de justiça chegou
Lá na favela

E contra seu desejo entregou pra seu narciso um aviso pra uma ordem de despejo

Assinada seu doutor, assim dizia a petição dentro de dez dias quero a favela vazia e
os barracos todos no chão

É uma ordem superior,

Ôôôôôôô Ô meu senhor, é uma ordem superior
Não tem nada não seu doutor, não tem nada não

Amanhã mesmo vou deixar meu barracão

Não tem nada não seu doutor vou sair daqui pra não ouvir o ronco do trator
Pra mim não tem problema em qualquer canto me arrumo de qualquer jeito me ajeito

Depois o que eu tenho é tão pouco minha mudança é tão pequena que cabe no bolso de
trás

Mas essa gente aí hein como é que faz????

(Adoniran Barbosa)

Resumo

A ocupação das áreas de mananciais - especificamente no extremo da zona sul de São Paulo, desde algum tempo, tem tomado lugar nas pautas de discussões dos programas políticos. Esses programas têm por objetivo, aparentemente, melhorar a relação entre a moradia e a preservação ambiental. Estas regiões consideradas estratégicas e de extrema importância para São Paulo tem preocupado e exigido ações do Estado cada vez mais rápidas. Isso acontece pelo crescente aumento do número de habitantes, pelo potencial hídrico e ecológico que representa aquele espaço e a constante pressão da população de baixa renda reivindicando desde sempre seu direito a morar. O Trabalho procurou demonstrar como este problema estrutural está sendo tratado pelo poder público dentro da Cidade de São Paulo, enfocando particularmente o Distrito de Parelheiros.

Palavra Chaves: Preservação Ambiental, Moradia, Desenvolvimento Sustentável e Novas Raridades.

Sumário

Introdução.....	1
1. Parelheiros, periferia de São Paulo	3
2. Santo Amaro, eixo da expansão periférica	10
3. Planejamento sustentável: um projeto de valorização espacial	22
4. Breve análise política e econômica do desenvolvimento sustentável	33
5. O verde como uma nova raridade.....	41
6. Os espaços verdes e a periferia	46
7. Considerações Finais.....	51
8. Referencias Bibliográficas.....	60
9. Anexos.....	64

Introdução

Analisar as transformações das áreas de mananciais da cidade de São Paulo, especificamente do extremo sul da zona sul, é o objetivo deste trabalho. Parelheiros, embora seja um dos Distritos mais pobres de São Paulo, é onde está localizado o último rio limpo de São Paulo: o Capivari Monos, e mesmo com uma população de aproximadamente trinta mil habitantes é considerado estratégico porque abastece as represas fornecedoras de água para São Paulo a Guarapiranga e a Billings. Não entraremos na discussão da importância em preservar o meio ambiente, porque felizmente há um congestionamento de publicações e informações a esse respeito. Neste trabalho, iremos fazer o inverso. Tentaremos demonstrar como o discurso ambiental e todas suas representações, estão sendo usadas como alibi para implementar projetos que aprofundam a pobreza urbana e ao mesmo tempo, criminaliza as populações residentes dessas áreas, que foram excluídas do mercado formal de moradias. Nossas análises partiram das políticas públicas adotadas na proteção dos mananciais, e também quais os instrumentos que o poder público está utilizando para equacionar a questão: preservação ambiental e moradia.

A ocupação de Parelheiros é dispersa, contento muitos “espaços vazios”, porém possui bairros densamente ocupados, consequência da precarização do trabalho. A cidade de São Paulo está vivendo mudanças que são decorrentes de processos globais, o que repercutirá no âmbito local, ou seja, transformando a relação centro-periferia. A redefinição das atividades nas cidades calcadas nas mudanças do capital industrial para o capital financeiro tendem a redefinir os espaços das cidades, principalmente aqueles dotados de infraestruturas. Por fim, teremos estes espaços valorizados e consequentemente, aprofunda-se a precarização da vida nas grandes periferias, culminando nos adensamentos da população junto aos mananciais da cidade. Assim, a urbanização decorrente é produto de transformações do modo de produção capitalista. Entendemos a preservação ambiental em Parelheiros como produto do urbano, porque ela está atuando para restringir a ocupação do Distrito de Parelheiros. Além disso, o Distrito pode vir a ocupar outro papel dentro da cidade de São Paulo, além daquele que conhecemos

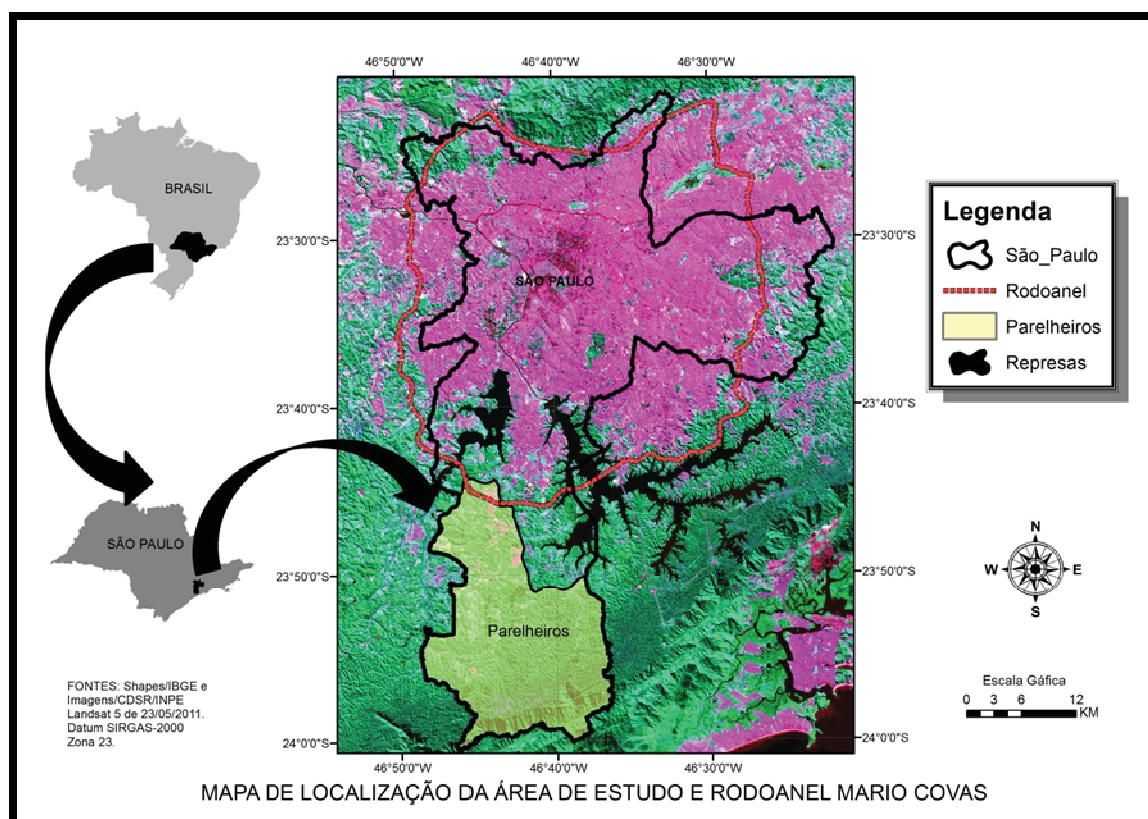
como o lugar da classe trabalhadora. Este outro papel pode estar vinculado a um setor econômico: o turismo.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos a referida área de estudo por meio de uma descrição, expondo a complexidade e a dinâmica deste espaço. No segundo capítulo, retomamos a ocupação de Santo Amaro, na época em que era município e do qual Parelheiros fazia parte, para que pudéssemos compreender a expansão periférica sentido sul dos mananciais. No terceiro capítulo buscamos apresentar as políticas ambientais em Parelheiros via Operação Urbana, demonstrando sua função ideológica que contribui para a criação de consensos com o objetivo claro de criminalizar a população residente dos mananciais. No quarto capítulo procuramos analisar o termo “desenvolvimento sustentável” pelo viés político e pelo viés econômico, tentando desconstruir esse discurso, que está sendo um componente das políticas ambientais urbanas. No quinto capítulo expomos os significados dos espaços verdes dentro do espaço urbano: “novas raridades”. O capítulo seis analisa as políticas públicas em Parelheiros e os espaços verdes, ou seja, qual a relação entre preservação ambiental e expansão da periferia. Finalmente, no capítulo sete, tecemos nossas considerações finais, procurando demonstrar o movimento de reprodução do espaço urbano, construindo e destruindo os espaços dentro da cidade, bem como evidenciando o sentido das políticas para os mananciais perante as contradições produzidas no espaço urbano. Completa-se o texto com a bibliografia e os anexos.

1. Parelheiros, periferia de São Paulo.

A região de Parelheiros localiza-se na porção sul do município de São Paulo e se estende por uma área de 36.000 hectares, fazendo limite, ao norte, com a subprefeitura da Capela do Socorro, a leste, com o Município de São Bernardo do Campo, ao sul, com os municípios de Itanhaém e São Vicente, a partir da Serra do mar, e a oeste, com os Municípios de Itapeverica da Serra, Embu-Guaçu e Juquitiba. A subprefeitura de Parelheiros representa $\frac{1}{4}$ do Município de São Paulo, ou seja, territorialmente é a maior subprefeitura, e administra os distritos de Parelheiros e Marsilac.

Mapa 1 (localização)



Parelheiros apresenta uma paisagem onde o verde (remanescente de Mata Atlântica) e o vermelho (das casas de alvenaria) tornam-se preponderantes, um emaranhado de árvores junto às casas cravadas nas encostas íngremes, e esgoto a céu aberto. Porém possui uma qualidade única de ar puro dentro do Município de São Paulo. A presença de charrete como

meio de locomoção ainda é marcante em algumas vias do Distrito. Em contrapartida, está localizado no Distrito parte de uma das obras viárias mais importantes e modernas feitas no Estado de São Paulo: o rodoanel, (ver mapa 1,p.3). Parelheiros é também considerado estratégico porque alimenta os reservatórios de água do Município, a represa Billings e a Guarapiranga, abastecendo 25%¹ da Metrópole.

A paisagem guarda aspectos fortemente do campo, como a criação de animais, hortas, inúmeros pesqueiros, clubes de recreação, clube de golfe, muitas chácaras e sítios, dentre outras peculiaridades e singularidades, se comparada com as outras 30 subprefeituras da cidade de São Paulo.

Podemos analisar estes contrastes existentes na paisagem por meio de duas formas. A primeira delas relacionada a restrição em ocupar tais áreas, devido a implantação das Leis Estaduais de Proteção aos Mananciais do estado de São Paulo, entre os anos 1975-76, que previa a baixa densidade demográfica, principalmente próximos aos recursos hídricos. A outra se deve ao fato de que o espaço urbano está em expansão. Dizemos, portanto, que a cidade ainda está em expansão, também para o extremo sul do município. Essa expansão está planejada e apoiada pelo discurso da “sustentabilidade” em Parelheiros, (como veremos mais adiante e especificamente). O urbano não se difunde de modo homogêneo e igualitário no espaço, pelo contrário, ele se expande de maneira fragmentaria, enquanto pequenos focos de materialidades necessárias à reprodução da vida e como um modo de viver. Nesse caso, o urbano em Parelheiros é um processo em realização, porque conserva muitos aspectos em sua paisagem da ruralidade. No entanto, concordamos com Carlos (2008, p.84) segundo ela, “o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim é um modo de vida”.

Questionados sobre a concepção do espaço em Parelheiros se rural ou urbano, os funcionários da subprefeitura usam a expressão “em expansão urbana”. Um estudo (nos mananciais da região sul) realizado pelo ISA em 2009 (Instituto Sócio Ambiental) aponta que

¹ As informações encontradas em sites municipais referente ao abastecimento de água na metrópole estão entorno de 25%em alguns casos e noutros 30%. Em uma visita realizada no dia 15/11/2012, Wagner Silva Christie responsável pela cultura na Subprefeitura de Parelheiros nos disse que o abastecimento do Distrito para o restante da metrópole estava por volta 22%.

Embora o uso urbano não seja predominantemente, é um dos usos que mais cresce em extensão territorial, segundo a análise de uso do solo feita pelo ISA para os anos de 1989 a 2007, cresce sobre usos antrópicos e, conseqüentemente, sobre áreas ambientalmente preservadas. (SANTORO P, F. FERRARA L, N. & WHATELY, M. p.30).

Nesse sentido compartilhamos da compreensão de MAIA (2001) sobre esse processo quando diz

Entendemos que no processo de expansão da urbanização, os espaços naturais, bem como os espaços rurais, se tornam cada vez mais raros. O processo já é bastante conhecido: a cidade expande-se sobre o campo. Desaparece, portanto o até então evidente conflito campo x cidade. O espaço mundial parece caminhar para uma total urbanização, guiado pelos anseios de uma sociedade urbana. Contudo como já dissemos anteriormente, a realidade em sua complexidade não se mostra homogênea, e o espetáculo da cidade vai-se compor não só pelo progresso, mas também por seu reverso. E o campo, longe de ter desaparecido, permanece nas dissimulações dos seus limites. (p.215)

A paisagem é resultado direto da avassaladora especulação imobiliária, que foi e é indutora na formação e configuração das grandes cidades. Somadas a isso, as mudanças nos processos produtivos tiveram conseqüências diretas no mundo do trabalho, ao lado do empobrecimento da classe trabalhadora. Esses são, sem dúvida, os pontos centrais da origem do conflito: moradia *versus* ocupação nas áreas de mananciais. Entendemos esse conflito enquanto conseqüência do processo de exclusão, que foi empurrando a população de baixa renda para fora do mercado formal de habitação, devido aos elevados valores dos aluguéis. Como bem nos esclarece BERTOLOTTI

Prevaleceria uma forte contradição centro-periferia, reproduzindo um movimento dialético de atração e expulsão. Ao mesmo tempo em que o centro (entenda-se como uma região central expandida) polarizava as atividades mais dinâmicas e os maiores investimentos, concentrando a grande parte dos postos de trabalho, as principais instituições públicas, e as principais praças de comercialização/distribuição, que por sua vez promoveriam uma forte atração de trabalhadores num movimento cotidiano de locomoção até o centro para o local de trabalho ou para resolver questões mais específicas e retorno para a periferia, nos “bairros” e “cidades dormitórias”, também promoveria a expulsão desses trabalhadores, incapazes de pagar altos preços do solo urbano nas proximidades da região

central super valorizada pela especulação imobiliária. A propriedade privada da terra, articulada com os processos de valorização imobiliária e da super exploração da classe trabalhadora colocar-se-iam como pilares da segregação centro-periferia. (2010, p.97)

A alternativa encontrada foi refugiar-se nas áreas mais afastadas do centro da cidade, onde os equipamentos e estruturas públicas que servem de meio para a reprodução humana da vida estão concentrados. Assim, foram se conformando os bairros dos Mananciais da zona sul de São Paulo, bairros e mais bairros sem o mínimo de infraestrutura e ilegais. As moradias foram se instalando em áreas inundáveis e de encosta o que acaba por gerar problemas tanto para os que ocupam as áreas consideradas de risco, quanto para a parcela da população abastecida pela água das represas, porém moram em áreas consideradas nobres.

Essa questão fica mais complicada quando em 2001 é implantada a APA (Área de Proteção Ambiental) municipal do Capivari- Monos, a mesma foi regulamentada pela lei nº13.706, de 6 de janeiro de 2004, ocupando 70% do território da subprefeitura de Parelheiros, num total de 25 mil hectares, correspondendo portanto, entorno de um sexto da cidade de São Paulo. A criação desta APA possibilitou que a bacia hidrográfica Capivari seja em toda sua extensão protegida e monitorada pela legislação e com todas as possibilidades materiais ou imateriais sejam elas desde as tecnologias de informação, as polícias ambientais, as publicidades e até os cursos de formação em educação ambiental. Em contrapartida a esse cenário amparado institucionalmente, existe a população totalmente desamparada pelas políticas públicas.

Dito isto, fica claro o quanto a região é problemática tanto por conta de seus atributos hídricos e ambientais, quanto pela pressão constante do direito à moradia. Diante desta situação, a população residente é quem sente à duras penas os deslocamentos diários, o inexistente acesso a cultura e lazer, a saga em conseguir ser atendido nos postos de saúde entre outros problemas, que refletem o quanto as infraestruturas públicas e os próprios serviços demoram a chegar na região. Transporte coletivo, pavimentação nas principais vias, terminais de ônibus, agências bancárias, UBS (Unidade Básica de Saúde), pavimentação das vias, coleta de lixo enfim, são equipamentos e serviços

recentes, no máximo com dez anos de existência. E mesmo assim muito insuficiente para o tamanho da região e da população.

Hoje a população residente é em sua maior parte de baixa renda que faz movimentos pendulares, na medida em que se deslocam diariamente para outros pontos bem distantes da Cidade, no movimento residência- emprego-serviços. Para termos uma ideia, o centro de Parelheiros está a 50 km do centro da cidade, no caso a Praça da Sé, o equivalente a duas horas, sem contar os congestionamentos e o número insuficiente de ônibus. Esse cotidiano expressa nitidamente a característica de distrito-dormitório, onde o tempo dessa população é apropriado pelas impossibilidades do urbano. Concordamos nesse sentido com VILLAÇA, quando diz

Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da cidade em seus deslocamentos espaciais. Como mostramos, esse tempo está intrinsecamente ligado ao espaço urbano produzido. Assim, tanto quanto o clima em São Paulo ou seu espaço urbano, também o tempo não é produto da natureza. (2011, p.56-57)

Segundo o Plano Habitacional de Interesse Social de Parelheiros a região possuía 130.587 habitantes em 2004, com uma taxa de crescimento por volta de 6% ao ano no período de 1991/2004 – aliás, esta foi a maior taxa de crescimento populacional do Município de São Paulo como um todo cuja média no mesmo período foi de 0,8%. Esse aumento é fruto tanto do crescimento vegetativo, quanto do aumento do número de pessoas vindas de outros lugares.² Tanto um caso, como o outro, pode ser compreendido por meio de duas situações: a primeira é a baixa escolaridade da população (ver tabela 1, p.9), o alto índice de analfabetismo, que tem seus desdobramentos na gravidez precoce; a segunda pode estar ligada a migração da população de baixa renda para outros bairros em função tanto dos preços –inacessíveis- dos imóveis ou por algum projeto imobiliário ou público que promove a remoção dessa população. Um exemplo disso foi o processo de consolidação do eixo Berrini-Faria Lima. Em 1995 foram removidas mais de 50 mil pessoas das favelas Água Espreada, para a implantação de grandes projetos imobiliários como

² Essa informação provem de uma entrevista com funcionários da subprefeitura de Parelheiros numa visita realizada dia 15/03/2012.

shoppings centers, hotéis e a sede paulistana da emissora rede globo de televisão. Como demonstra FIX (2001),

Das favelas da Água Espraiada, mais de 50 mil moradores foram expulsos- muitos deles morando em casa de alvenaria construídas havia mais de 10 ou 20 anos- e tiveram poucas alternativas além de ir para outras favelas, em bairros distantes, como Jardim Ângela, Jardim São Luís, Cocaia ou Grajaú. Grande parte foi parar nas margens das represas Billings e Guarapiranga, região que apesar das fortes restrições determinadas pela Lei Estadual de Proteção dos Mananciais, desde 1979, tem sido intensamente ocupada por aqueles que, como os moradores de Espraiada, não têm outra alternativa.(p134)

Do contato que tivemos com o trabalho da autora pudemos compreender, com muita clareza, a atuação do Estado em sintonia com a iniciativa privada, interferindo e consentido com a produção privada do espaço. Entre as inúmeras consequências evidenciaremos duas: intensificam-se as migrações intraurbanas na cidade e a produção de novas moradias precárias em outras áreas da cidade. Sem acabar com o problema, o transferem para outro lugar – no momento em que pagam mil e quinhentos reais de indenização às famílias vitimadas nos processos de remoção.³ Além disso, o próprio Estado executor das leis, as viola na medida em que é responsável direto em deslocar as famílias para as áreas protegidas pela legislação ambiental: os mananciais.

O intenso crescimento populacional (tabela 2, p.9) nos mananciais é resultado do elevado crescimento vegetativo, e das migrações intraurbanas induzidas pelas políticas públicas urbanas. Diante disso, o alto crescimento anual de Parelheiros, se comparado com o restante do município, precisa ser entendido em conjunto, ou seja, precisamos compreender quais os processos e os agentes que configuram a atual dinâmica do Distrito.

³ Nesta remoção em 1995 da favela Jardim Edith, executada durante a gestão Maluf, esse foi o valor pago as famílias. Na atual gestão Kassab, os valores pagos as famílias estão entre cinco e oito mil reais.

Tabela 1

Indicadores Educacionais dos Chefes de Família		
Tipo de indicador	Parelheiros	MSP
Com Ensino Fundamental Completo %	26,43	49,69
Com Ensino Médio Completo%	10,82	33,68
Média dos Anos de Estudo	5,02	7,67
<i>Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.</i>		

Tabela 2

População Recenseada e Taxas de Crescimento							
Município de São Paulo, Regiões e Distritos Municipais.							
1980, 1991, 2000 e 2010							
Unidades Territoriais	1980	Tx. Cresc.80/91	1991	Tx. Cresc.91/00	2000	Tx. Cresc.00/10	2010
Marsilac	4.439	2,76	5.992	3,83	8 404	-0,18	8 258
Parelheiros	31.711	5,24	55.594	7,07	102 836	2,46	131 183
<i>Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.</i>							

2. Santo Amaro, eixo de expansão periférica.

A referida área de estudo ficou a margem da expansão urbana, principalmente pelo fator distância e a existência de outras áreas para a realização desse processo. Remontando a história de Parelheiros inevitavelmente mencionaremos a Província de Santo Amaro, isso porque Parelheiros fazia parte de Santo Amaro, motivo pelo qual não conseguimos estudar a história de um sem mencionar a história de outro. De Freguesia foi elevada a Vila em 10 de julho de 1832.

No século XIX Santo Amaro fazia parte do chamado “cinturão de chácaras” estabelecido nos arredores de São Paulo, cuja principal função era o abastecimento do Município de São Paulo. Em alguns trabalhos encontramos que “Santo Amaro era o celeiro de São Paulo, com mandioca, milho, feijão, arroz, batatas inglesas e produtos de primeira necessidade eram comprados dos santamarenses”.⁴

LANGENBUCH (1971) demonstra como foi se dando a conformação da Grande São Paulo e seus arredores rurais mediante as mutações provenientes do desenvolvimento urbano. A função que a vila de Santo Amaro exercia, enquanto fornecedora de produtos agrícolas para São Paulo, exigia melhoras das vias, principalmente pela questão do desperdício e pela questão da distância e tempo que se demorava com o percurso. Como consequência dessa demanda, surgiam projetos e interesses para a instalação da estrada de ferro. Nas palavras de LANGENBUCH (1971, p.23),

Os capitalistas que desejavam obter a concessão da ferrovia que iria ligar São Paulo a Santo Amaro, em seu prospecto publicado em 1883, argumentavam, provavelmente com algum exagero em vista da possibilidade do mesmo:

“A villa de Santo Amaro é a chave de um distrito que, com razão, é chamado o celeiro da capital, pois que seguramente metade dos viveres que são aqui consumidos são d’aquela procedência”, e, mais adiante: “A exportação consiste em madeiras de construção, lenha, pedra de cantaria e bruta,

⁴ Jornal Paulista Sul, ano 4, nº16. Artigo intitulado “De Jeribatiba a Santo Amaro”, autora: Debora Carvalho e colaboração de Fernanda Vasconcelos.

viveres, aguardente de milho, galinhas, ovos, algum toucinho e poucos carneiros.”

Na medida em que a cidade de São Paulo se modernizava em decorrência dos primórdios da industrialização, os serviços públicos como transporte e energia elétrica se difundiam. Para tanto as empresas prestadoras de serviços precisavam investir na implantação destes serviços básicos para o processo urbano-industrial da Cidade. Nesse sentido, a disputa frenética entre as empresas para monopolizar a prestação de serviços foi um fato político que fez parte da história da urbanização da cidade de São Paulo. Por isso as afirmações de LANGENBUCH (1971) se tornam tão emblemáticas, nos demonstrando o grande interesse dos capitalistas na criação, e posteriormente, obtenção da concessão, da futura linha férrea que iria ligar Santo Amaro a São Paulo.

A região central da cidade foi partilhada por várias Companhias ligadas ao setor de transporte, composta por membros ligados ao capital cafeeiro; logo outras regiões mais distantes do centro também foram foco de interesses, a partir de 1886 a Companhia Carris de Ferro de São Paulo inicia seu percurso.

Finalmente em 14 de março chegava a primeira composição, inaugurando o percurso de 19 quilômetros e 120 metros. Iniciava na Estação São Joaquim a linha seguia pelas Ruas Vergueiro, Domingos de Moraes, Avenida Jabaquara até a Igreja de São Judas, local aonde acontecia o “encontro”, os trenzinhos eram abastecidos e depois pelo campo que seria hoje os Bairros do Aeroporto e Campo Belo, chegavam a Estação do Brooklin Paulista.

Neste ponto, chamado Volta Redonda (as curvas eram fechadas) e seguia pela atual Chácara Flora e por uma curva seguia pelas atuais ruas São José e Nove de Julho, até o ponto final, na Praça Santa Cruz, e todo o percurso tinha a duração de uma hora e meia. (PARELHEIROS [20--])⁵

Os aglomerados mais afastados do centro de São Paulo não ficaram imunes a essa expansão urbana. Claramente que nestes aglomerados as infraestruturas foram se instalando de maneira mais lenta, diferentemente do ritmo do Município Paulista. Assim, o início do desenvolvimento urbano de

⁵ Esse excerto foi retirado do acervo da Biblioteca Municipal Prestes Maia, porém não possui autor, nem datas, apenas sabemos que esse material foi feito após o ano 2000

Santo Amaro está estritamente ligado com a urbanização de São Paulo, como veremos no decorrer da pesquisa.

Alberto Kuhlman foi o engenheiro precursor e idealizador da Estrada de Ferro que ligaria a província de Santo Amaro ao município de São Paulo. O projeto não obteve êxito, quer dizer não houve interesse por parte de investidores em subsidiar as obras, o que acabou levando o próprio Kuhlman a organizar uma companhia, a Companhia Carris de Ferro de Santo Amaro a São Paulo, que acabou sendo incorporada por capitalistas cariocas e santamarenses. A companhia Carris era a única que realizava o deslocamento em trilhos dos produtos que Santo Amaro produzia para São Paulo, resultando no estreitamento e redimensionando das relações entre estes municípios.

A empresa canadense “Light & Power” arrematou todas as empresas ligadas ao setor de transporte da Cidade de São Paulo, e gradualmente dominou a distribuição de energia, monopolizando, portanto, os principais serviços urbanos da Cidade. Com isso, em 17 de março de 1900, a Companhia Carris de Ferro de Santo Amaro foi incorporada pela Light. O trabalho de SAES (2009) expõe com detalhes todos os interstícios que levou a empresa a tornar-se tão poderosa.

Quatro dias após a permissão do governo federal para a entrada da São Paulo Light no mercado brasileiro, em 21 de julho de 1899, a prefeitura paulista promulgava a Lei nº 407, para regular os serviços de força e luz da capital do estado. O decreto assinado pelo Prefeito Antônio Prado determinava que toda e qualquer concessão de serviço “de distribuição de força e luz elétricas” dependeria da aprovação e autorização do prefeito. Além de uma longa descrição das quatro zonas de distribuição de força e luz elétrica da cidade e dos materiais e equipamentos que deveriam ser usados pelas companhias, o documento previa prazo de no máximo vinte anos de concessão [...] (SAES, 2009, p.179.180).

Tal permissão autorizava a Light a produzir e distribuir energia elétrica em São Paulo, além de permitir a construção de linhas de bondes e de assentar as linhas de transmissão da usina a ser construída no município de Parnaíba. Apesar da abrangência da concessão, a São Paulo Light apenas iniciava sua empreitada para a conquista do mercado paulista, já que este mercado era dominado por outras empresas. (SAES, 2009, p.179.180)

Santo Amaro possuía poucas ruas, talvez umas quatro ou cinco, uma Vila extremamente pacata; guardava sua função religiosa assim como outros aglomerados dos arredores paulistas, sendo as missas realizadas aos domingos, com pessoas vindas de outros lugares, muito conhecido pelas grandes festas religiosas. A monotonia da Vila era quebrada nessas ocasiões festivas.

A festa do Divino Espírito Santo punha uma certa vibração no ambiente estagnado. A vida se movimentava com povo descido de todos os sertões da redondeza. Da capital também afluía gente porque a festa era famosa. (ZENHA, 1952 apud LANGENBUCH, 1971, p.52).

O Município de Santo Amaro inicia a transição de Aglomerado, o lugar da festa, da sociabilidade, do encontro, para um Aglomerado com uma função, mais comercial, ou seja, onde o comércio terá preponderância na referência do lugar, com as primeiras intervenções da Light. Importante mencionarmos que em 1897 foi inaugurado o Mercado Municipal de Santo Amaro, localizado próximo as atividades religiosas, administrativas e comerciais, juntamente com o elemento articulador com a Cidade de São Paulo- a ferrovia. Houve um aumento na renda do Município, o que acabou por contribuir na ampliação do mercado público em 1903. Essas informações são relevantes porque à medida que o mercado municipal se expande, os interesses externos do Município também seguem se expandindo.

Após a empresa Light monopolizar os transportes na cidade de São Paulo, aglutinaria a linha interurbana São Paulo/ Santo Amaro; posteriormente, a mesma empresa instalaria luz elétrica, força e bonde. Criadas as condições da expansão e de desenvolvimento da Cidade de São Paulo, a tendência, portanto, era se expandir e os bondes nesse caso, viriam a cumprir um papel importante na incorporação das áreas mais distantes, o que resultaria futuramente em bairros “suburbanizados”.

A expansão difusa e interrompida do espaço urbano passou a ser facilitada a partir de 1900, pelo bonde elétrico, cuja primeira linha fora instalada neste ano, e que rapidamente se expandiu, tendo em 1905 substituído completamente os bondes de burros. A concessionária “Light & Power” não hesitou em estender suas linhas aos principais, dentre os bairros isolados mais afastados, atravessando grandes extensões ainda não urbanizadas e que por algum tempo não poderiam garantir um

transporte lindeiro. [...] Em 1906 foi inaugurada a única linha interurbana a ser criada, qual seja a de Santo Amaro. (LANGENBUCH, 1971, p.84)

Ressaltaremos nessa passagem da obra a referência do autor à atuação da empresa em lugares outros, ou seja, aqueles mais afastados do centro da Cidade de São Paulo, na intenção desta em expandir tal tecnologia. A questão é que a empresa não estendeu transporte, energia e iluminação elétrica porque alguns lugares dos arredores de São Paulo estavam à margem dessa modernização e esta se lançou a inseri-los no desenvolvimento urbano que São Paulo passara como encontramos em várias pesquisas e dados. Muito pelo contrário, a implantação desses serviços nos arredores de São Paulo é fruto da concorrência monopolizadora da concessionária canadense, muito bem mencionado por SAES

[...] em 1912 a companhia Light realizou uma custosa operação financeira, de £ 650.115, para conquistar o controle acionário da empresa inglesa, com o intuito de blindar as possibilidades de concorrentes no mercado de São Paulo – no caso, a CBEE (SILVA, 2006, p.79). Com autonomia jurídica, a São Paulo Gás Co. passou a investir no uso doméstico do gás com apoio de campanhas publicitárias, enquanto a Light ampliou os serviços de energia elétrica. (SILVA, 2006 apud SAES, 2009, p.184)

Até a aquisição acionária da companhia inglesa, a Light tinha grande interesse em assumir os serviços desses bairros mais distantes, evitando assim que a São Paulo Gás Co. assentasse seus materiais, transformando tais localidades em “lugares ocupados”. Assim, na medida do possível, as inovações da Light foram tanto transformadoras como rápidas. A introdução dos novos bondes e da iluminação elétrica impulsionou a defesa da modernização por parte da população paulistana. (SAES, 2009, p.185)

Compreendemos, portanto que houve uma mudança em Santo Amaro quando este Município assume uma função comercial: abastecedora de alimentos e madeira para a cidade de São Paulo. Essa posição de Santo Amaro acabou favorecendo o interesse de investidores em implantar a linha férrea que iria ligar os dois Municípios.

Uma vez instalada, podemos inferir que tal empreendimento atuou como força indutora na ocupação dos espaços. Santo Amaro cumpria sua função de abastecedor de São Paulo, redefinindo a relação desta Província com o município de São Paulo, a medida que o processo de urbanização deste

contribuía nas transformações nos arredores de São Paulo. Portanto, a consolidação das atividades do comércio cafeeiro e mercantis na cidade de São Paulo, influenciava de maneira direta nas atividades comerciais de Santo Amaro.

Em 1907 a Light & Power construiu a represa Guarapiranga, através do represamento das águas do rio Guarapiranga. Lembrando que nessa época a necessidade de geração de energia elétrica era latente em São Paulo devido aos processos de modernização e crescimento. Importante destacarmos que as intervenções da Light na zona sul de São Paulo não aconteceram de forma tranquila⁶. Foram marcadas por desapropriações e conflitos com a Câmara Municipal de Santo Amaro, como bem demonstra Oliveira:

Surpreendentemente, após este relatório para com os inquéritos da Cia Light, desencadeou-se um episódio, que na correspondência existente, transparece como cercado de certa animosidade entre as partes. Em 15 de setembro de 1906, a Cia Light encaminha um requerimento à Câmara, solicitando a mudança de traçado da estrada do Guarapiranga, alegando já haver se entendido com os proprietários afetados e que a nova estrada seria melhor, pois estaria livre de enchentes. Na sessão de 01 de outubro, foi lido e aprovado o parecer da comissão designada para apreciar o dito requerimento. Em linhas gerais, o parecer formalizava um veemente protesto da Câmara por não ter sido sequer informada sobre as obras de represamento do rio Guarapiranga, as quais afetavam as condições de salubridade, segurança, higiene, viação e transporte no município, além do bem estar dos residentes nas imediações das obras e propriedades de terras adjacentes, podendo gerar consequências perniciosas para o município e municípios vizinhos. (1999, p.57-58)

A finalidade de se construir a represa foi a necessidade em regular as águas do Tietê, para que este rio pudesse ter condições de alimentar a Usina Edgar de Sousa; a represa possui uma extensão de 34km², indo de Santo Amaro até Embu-Guaçu. Desta forma, além da geração de energia, as construções das represas possibilitaram outro uso: o recreativo. Em 1926 a Light constrói outro reservatório: o Billings que ocupa hoje 582,8km², dividido entre os Municípios de Santo Amaro e São Bernardo. Sua área de drenagem

⁶ A esse respeito o trabalho referência é o da Prof^a. Dr^a. Odette Carvalho de Lima Seabra, intitulado : “Os meandros dos rios nos meandros do poder” de 1987. Nesta obra está expressa de forma minuciosa as intervenções e estratégia da Light no processo de valorização do espaço urbano de São Paulo, notadamente as margens no rio Tietê.

abrange integralmente o município de Rio Grande da Serra e parcialmente os municípios de Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo. O objetivo da construção deste lago também foi para a geração de energia elétrica, que seria destinada a Usina Henry Borden em Cubatão, aproveitando o desnível da Serra do Mar. A construção destas represas representaram uma importante mudança no uso deste espaço, que somado as instalações dos bondes, efetivou, segundo Langenbuch (1971), “[...] Santo Amaro como subúrbio recreativo de São Paulo.”.

Um ano após a construção da represa Billings, inicia-se um grandioso projeto com objetivos claros: valorizar as margens e o entorno das represas para uma camada mais rica da sociedade paulistana. Nos anos de 1927 e 1928 iniciou-se a construção da Auto Estrada Washington Luís, que ligaria São Paulo a Santo Amaro possibilitando o acesso às represas. Conectando o Ibirapuera a Interlagos via Santo Amaro e Socorro. E em 1940 é implantado um acesso especial às represas e ao autódromo por meio da construção da Avenida Interlagos.

Houve em todo esse processo descrito acima, um esforço por parte de especuladores e empreendedores imobiliários a fim de tornar a “região das represas” uma Cidade Satélite Balneária de Interlagos para a elite Paulistana. O agente principal nessa empreitada foi a empresa “Auto-Estrada S.A”, composta por empresários, fazendeiros e políticos da época. A formação desta empresa está relacionada estritamente aos rentáveis lucros que poderiam ser obtidos entorno do “Projeto Interlagos”. Oliveira em sua dissertação de mestrado denominada: *“Projeto Interlagos- a praia que faltava à São Paulo: contradições e significado da inserção de Santo Amaro/ zona sul na formação sócio- espacial metropolitana”*, revela que

Entre 1937 e 1963, a Auto Estrada tornou efetivos os planos que, desde o final dos 20, orientaram suas ações: urbanizar as margens da represa de Guarapiranga, nos moldes dos subúrbios europeus e norte-americanos. [...] valorizando especialmente os efeitos panorâmicos permitidos pela visualização da represa, do traçado sinuoso de suas ruas, compondo um traçado semelhante ao empregado por Barry Parker no Jardim América. (1996, p.200)

Como demonstra o autor, o bairro de Interlagos, por meio do “Projeto Interlagos”, teve sua produção baseada num modelo de planejamento também implantado nas “*garden-cities*”, no qual a paisagem a ser desfrutada pelos moradores seria reduto de uma natureza, já naquela época, vista como lugar de alcance de uma certa qualidade vida – vale dizer, uma vida distante da caótica e poluída vida que alvorecia com o crescimento da industrialização.

Após 1935, Santo Amaro deixa de ser um Município para tornar-se um bairro de São Paulo indo seus limites até o litoral. As construções das represas produziram uma significativa capacidade em despontar esse espaço para o lazer e recreação, culminando num intenso processo especulativo, principalmente na venda de lotes adjacentes a nova estrada. Além disso, a empresa Auto-Estrada S.A construiu o autódromo de Interlagos e o Aeroporto de Congonhas, como atrativos da “região”.

Com a retificação do rio Pinheiros⁷ e Tietê, junto a disponibilidade de água e energia elétrica, possibilitaram o fortalecimento de Santo Amaro, nos anos 50 e 60, enquanto um dos principais parques industriais da Cidade. Devido a essas facilidades, houve o incremento industrial em São Paulo a partir da expansão de indústrias para o sentido sul do rio Pinheiros: Jurubatuba e Santo Amaro, além da implantação das linhas férreas, que potencializavam a valorização de Santo Amaro. Conforme descrevem, Scifone & Alvarez (2011, p. 50),

A expansão urbana que incorporou Santo Amaro e outros distritos da zona sul desta mancha urbana intensificou-se a partir dos anos 1950 e foi impulsionada pela abertura de um ramal da Cia. Estrada de Ferro Sorocabana, intitulado Jurubatuba, cujos trens saíam da Estação Júlio Prestes, com destino ao litoral sul: Santos, São Vicente, Itanhaém e Peruíbe. Inaugurada em 1957, até o final dos anos 1970, a ferrovia era utilizada para passageiros e cargueiros.

Com o mapa 2 (p.20) podemos deduzir alguns processos, junto à bibliografia consultada. Um dos apontamentos refere-se à distância que a mancha urbana estava das represas até 1950. Santo Amaro, nesse contexto, estava passando por um considerável crescimento industrial. Sendo que,

⁷ Outro fato que merece destaque é a retificação dos rios Jurubatuba (rio Grande) e do rio Pinheiros, formado pelo encontro dos rios Jurubatuba e Guarapiranga.

[...] em 1960, Santo Amaro já se apresentava como o 10º distrito mais industrializado do município de São Paulo, concentrando 498 indústrias, que significavam 3,03% do total. Capela do Socorro apresentava 132. (SCIFONE; ALVAREZ, 2011, p.63)

Em resumo, podemos inferir que a implantação de projetos no século XX com apelos bucólicos destinados ao lazer para a classe mais abastada da sociedade paulistana, foi uma tentativa de construir um espaço destinado ao consumo e a moradia de alto padrão no extremo da zona sul. Isso é notável quando passamos pela Avenida Robert Kennedy, as margens da represa Guarapiranga, e visualizamos a estrutura das residências e as inúmeras lanchas e barcos (também de alto padrão) ao longo da represa.

A partir de meados do século XX Santo Amaro consolida-se como um polo industrial, atraindo mão de obra para as indústrias localizadas ao longo do canal Jurubatuba, estendendo-se até o Largo do Socorro. Este período correspondente à segunda fase da industrialização, onde a entrada de migrantes em São Paulo foi crescente, e favorecendo a formação e composição de um exército industrial de reserva. Desta maneira, tanto os projetos destinados ao lazer quanto a consolidação desse polo industrial foram importantes para a expansão do extremo da zona sul de São Paulo, atuando como vetores no crescimento de Parelheiros.

O processo muda com o início da chamada reestruturação produtiva dos anos de 1980. Esse momento é marcado pelo deslocamento de atividades predominantemente produtivas, ou seja, pelas atividades industriais, para atividades eminentemente financeiras, redefinindo também, de maneira drástica a ocupação do solo, principalmente em zonas de expansão que se caracterizaram pelo terciário moderno (eixo Berrini-Faria Lima).

Se antes tínhamos a moradia dos operários ao lado da indústria, próxima a pequenos comércios, hoje a configuração espacial é outra. Esses espaços passam por processos de revalorização e a população é empurrada para os limites da cidade, para a parte sul dos mananciais da cidade de São Paulo, onde se localiza Parelheiros.

Além do que foi exposto, precisamos lembrar que o início dos anos noventa representa um ataque violento às conquistas da classe trabalhadora

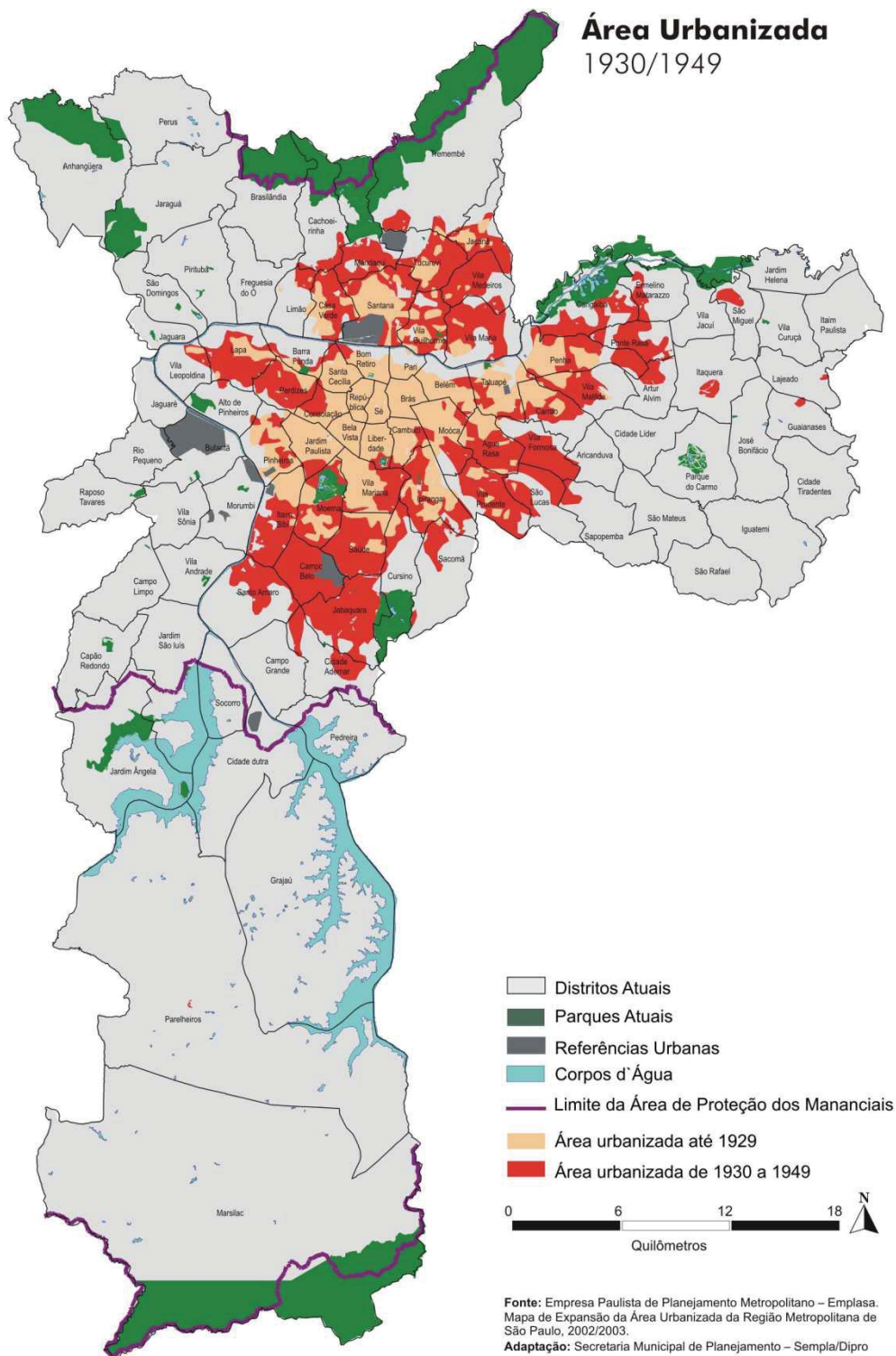
pelas políticas neoliberais. Nesse processo, flexibilizam-se as leis trabalhistas, as terceirizações são implementadas pelas empresas, os salários são rebaixados e o resultado é o empobrecimento da classe trabalhadora. Esse processo se materializa com a formação e o adensamento dos inúmeros condomínios irregulares em área de mananciais.

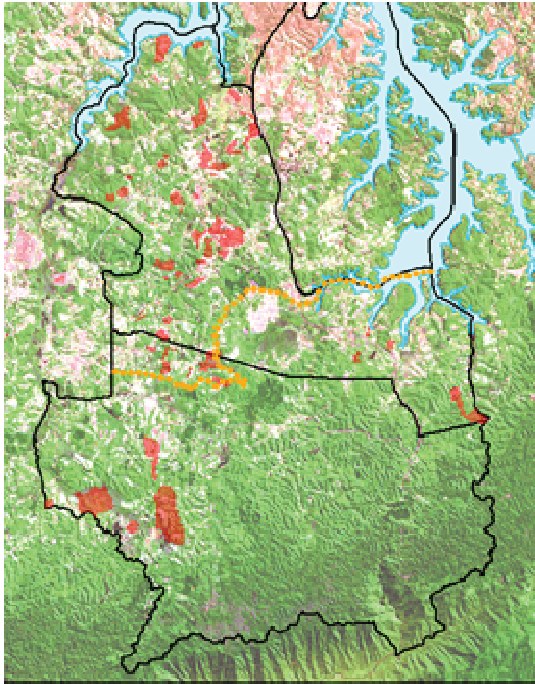
Entendemos esse processo sob a perspectiva de que é no espaço que está presente a externalização dos conflitos entre as classes sociais, portanto o espaço é uma realidade construída socialmente. Desta forma, as relações sociais se apresentam na concretude enquanto relações espaciais. Estamos num período de acirramentos dos conflitos sociais, produzidos e reproduzidos espacialmente. Essa afirmação vem em resposta aos frequentes projetos urbanos de homogeneização espaciais implantados pelos agentes hegemônicos. Segundo Pintaui (1997, p.215),

É a organização social que articula o espaço, que o determina, que o produz e reproduz. O espaço é produto e condição de reprodução destas relações sociais (porque não tem autonomia nenhuma enquanto condição de reprodução das relações sociais).

A valorização espacial expandida e fragmentada é proporcionada por meio da articulação entre Estado e mercado. Expandida porque vai além das regiões com farta infraestrutura e bens de consumo coletivo, e fragmentada pela produção de espaços de ostentação e poder pelas classes dominantes, em meio à periferia empobrecida. As mudanças nas leis, implantações de infraestruturas, o congelamento de territórios, são intervenções que competem ao poder público realizar; mudanças que acabam por valorizar os espaços, quando existe algum atributo passível de interesse por parte dos incorporadores imobiliários.

Mapa 2 (expansão da mancha urbana)

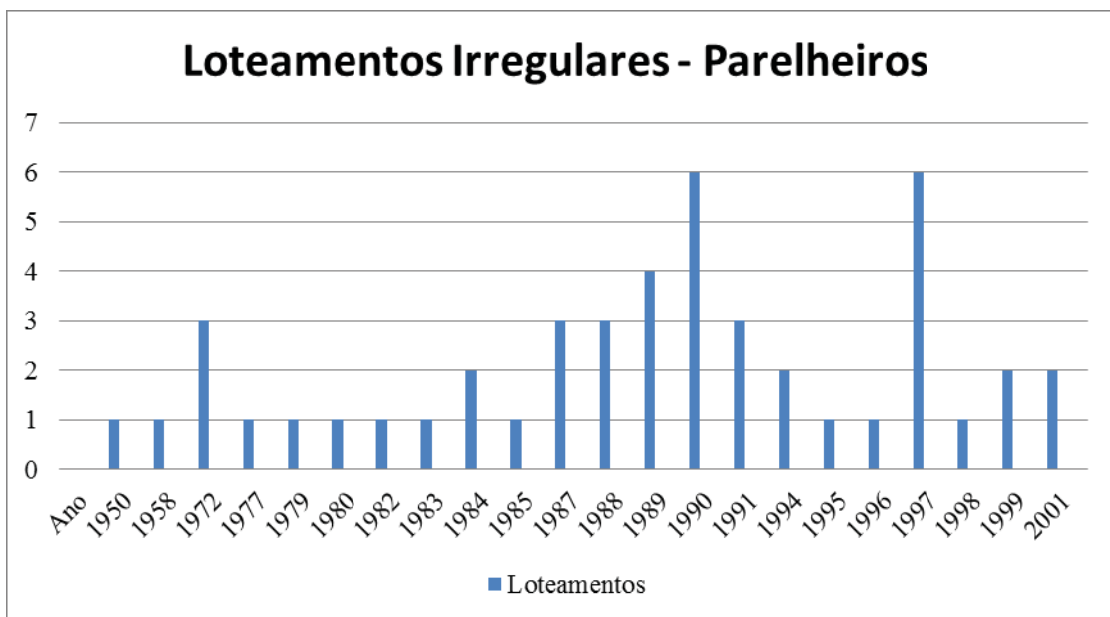




Essa imagem contrapõe a anterior, na medida em que nesta é perceptível a mobilidade da periferia.

Os pontos em vermelho dessa imagem representam os loteamentos “clandestinos” em Parelheiros. Segundo, informações da Subprefeitura, Parelheiros possui 200 bairros e apenas 63 são regulares.

Fonte: Relatório técnico do Plano Diretor de 2003. O gráfico abaixo expõe o número de loteamentos construído num dado ano.



Fonte: Portal HABISP, último acesso em Fevereiro de 2011.

3. Planejamento sustentável: um projeto de valorização espacial?

Aos olhares mais atentos, o futuro é promissor para a região, apostam os gestores. A aposta está no potencial sustentável. Intitulada por alguns como *Amazônia Paulista*, a maior rede hídrica da Cidade encontra-se nesta porção de São Paulo, no extremo da zona sul, que somado a um remanescente de Mata Atlântica (por volta de 62,4%) resultam em políticas ambientais, que futuramente irão desdobrar-se nos almejados “planejamentos sustentáveis”.

O Distrito está inserido em uma Macrozona de Proteção Ambiental, sendo assim, existe uma série de restrições referentes ao uso e ocupação do solo. No entanto, grande parte das beiras de córregos, leitos e riachos estão densamente ocupados, sendo que, destas ocupações estão presentes tanto o uso residencial, quanto comercial. O que foi notório nas visitas e conversas na subprefeitura, e até mesmo nas análises dos documentos e projetos vinculados à questão é o seguinte: existe um empenho por parte dos gestores em somar forças para promover o desenvolvimento dito “sustentável”. Nesse sentido as políticas e as transformações na paisagem irão expressar esse “modelo de desenvolvimento” que está em andamento. O objetivo está em preservar os recursos existentes na região, juntamente, promovendo o desenvolvimento econômico. Para tanto, é preciso recuperar o que foi degradado, requalificar o que foi perdendo a qualidade e valorizar aquilo que não possui valor.⁸

[...] o espaço urbano nunca esteve tão ligado à produção e reprodução do capital como na atualidade. As cidades se tornam grandes empreendimentos e a base desse negócio é o solo urbano. Acontece que esse solo, que se tornou uma mercadoria, para os habitantes do lugar ele é antes e sobretudo um valor de uso, enquanto para os que negociam com o solo urbano é antes um valor de troca que tem um valor de uso. Os interesses são, portanto, contraditórios e emergem no uso do espaço público que vai ter sua forma determinada por esse conflito de interesses. Quem vai medir esse conflito é o poder público. E as políticas urbanas expressam o resultado dessa mediação. (PINTAUDI, IGLESIAS; ROLNIK, 2001, p.33)

Sendo assim, uma série de políticas intituladas de “ambientais” serão implantadas no sentido de possibilitar a valorização para o que até então não

⁸ Estamos usando o termo *valorização*, no sentido valor de mercado, ou seja, valor imobiliário não considerando aqui o seu valor de uso.

era valorizado no mercado. Além disso, o desenvolvimento propriamente dito, também se enquadrará na esfera do sustentável, por meio do turismo “rural ou sustentável”. Essa nova maneira de resguardar os recursos naturais, proveio da articulação em escala mundial de modo a proteger, ou melhor, garantir por um tempo mais duradouro a existência desses recursos. O marco desse processo data de 1972, quando é publicado o relatório “Limites do Crescimento”, proveniente do Clube de Roma. O relatório é levado a cabo e difundido neste mesmo ano em Estocolmo na I Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU). Após quinze anos, em 1987, um novo documento é relatado e publicado, intitulado de “Nosso Futuro Comum”, este relatório merece destaque porque eis aqui o surgimento de mais um novo consenso mundial: o “desenvolvimento sustentável”.

Importante mencionarmos que os projetos elaborados para o extremo sul da cidade de São Paulo não diferem daqueles que estão sendo executados na região central e em outras partes da Cidade. A diferença é que, em Parelheiros o umbral dos projetos está por conta da questão ambiental, que se desdobrarão na “sustentabilidade”. No centro os projetos estarão enquadrados pela consigna de “requalificação do centro”, essas “reestruturações” ou “recuperações”, contudo, valorizarão esses espaços que podem vir a ser apropriados individualmente; portanto, precisamos perceber essas intervenções no espaço como parte integrante de uma política ampla e coordenada para as cidades. SEABRA (2004) afirma

Posto o problema do esvaziamento das áreas centrais e a desvalorização que isto implica, surgem as estratégias para recuperar o Centro, já identificado como centro histórico. Em decorrência, surgem concepções e planos de intervenção de longo prazo que combinam ação do governo municipal, dos empresários e da sociedade civil. As ações que interessam atualmente ao centro de São Paulo expõem, com toda veemência e sem comiseração, os termos pelos quais pode chegar os processos de privatização da esfera pública e, além do mais, se propondo como necessidade de um bem público. (p.282)

Pensando nos processos que estão acontecendo, tanto na periferia como na região central, notamos a semelhança em criar consensos. Na região central de São Paulo a justificativa que mascara e é difundida para a população

é a questão dos dependentes químicos, dos entorpecentes, do roubo, da sujeira etc. Já em Parelheiros quem precisa ser salvo são os rios, as nascentes, os córregos. Vejamos, dificilmente seremos a favor do desmatamento, que se poluam todos os rios, ou que o uso de substâncias maléficas à saúde sejam disseminadas. Enfim, poderíamos demonstrar muitos outros exemplos de argumentos que são utilizados para a criação de discursos que culminam em consensos coletivos. Desta forma, o problema concreto é camuflado, melhor, anestesiado e as ações do Estado que obstruem a reprodução da vida acabam sendo naturalizadas. É nesse marco que iremos compreender os projetos na referida área de estudo. De acordo com RODRIGUES (2011),

Nas matrizes discursivas estabelecidas a partir da CNUMAD, o mundo do trabalho, as contradições e as lutas de classes foram deslocadas para os conflitos entre gerações (RODRIGUES, 2006), enquanto a produção e reprodução do espaço, na reprodução ampliada do capital, são tidas como os “agentes” do “desenvolvimento sustentável”. Os trabalhos foram transformados em “recursos humanos”, as riquezas naturais em “recursos naturais”, ou seja, mercadorias do mundo globalizado no mundo da inovação tecnológica e de fluxos financeiros. (p.213)

Em decorrência da questão ambiental, houve um deslocamento de centralidade, se antes a produção desenfreada era a responsável por consumir e exaurir os recursos do planeta, hoje a ênfase está no consumo, em particular nos consumidores. Assim, teremos o que chamamos de culpa compartilhada, isso significa que a riqueza é apropriada individualmente, por uma pequena parcela da população, porém a crise será socializada, “todos” pagarão por ela. A crise a que estamos nos referindo é do capitalismo, contudo, como já mencionamos ela foi transformada em “crise ambiental”. RODRIGUES (2011) aponta

As novas matrizes discursivas, ao mesmo tempo em que ocultavam os verdadeiros responsáveis pelos problemas- aqueles que se apropriam e são proprietários dos meios de produção, da terra, das riquezas- e atribuem a responsabilidade aos “consumidores” e aos pobres que ocupam as piores áreas, que não interessam ao setor imobiliário, obscurecendo a essência da desigualdade e da

segregação socioespacial, ocultando a importância do território, do espaço e da sociedade. (p.211)

A consequência que se segue, é um processo muito forte de criminalização da população que vive no entorno e nas margens dos córregos e rios dos mananciais. Os veículos de informação, os gestores públicos, as ONGs (Organizações Não Governamentais) difundem que a suposta crise ecológica é decorrente da falta de consciência ambiental por parte dos moradores destes lugares, os quais optam por residir nos mananciais, como se essa população tivesse um leque de possibilidades para estruturar suas vidas e optasse justamente pelas áreas de risco, ou nos arredores dos córregos. Em Parelheiros esse processo tornou-se evidente quando em 2007 a gestão Serra-Kassab iniciou a Operação Defesa das Águas; a propaganda difundida das ações, executadas pela Operação, aos moradores acontecem via criminalização da população por parte dos técnicos e gestores, com panfletos, artigos de jornais locais e o próprio boletim da subprefeitura de Parelheiros. (ver anexo 1)

A Operação Defesa das Águas atua nos mananciais da cidade de São Paulo com o objetivo de urbanizar, frear novas ocupações, e impedir a expansão daquelas que já estão consolidadas; essas ações são realizadas através das fiscalizações, dos monitoramentos e desapropriações das construções em áreas de “preservação”. Esta Operação faz parte da política de preservação dos recursos hídricos e dos projetos de “sustentabilidade”, na medida em que

[...] investimentos para a região dos mananciais poderá melhor articulá-los no âmbito de uma matriz de desenvolvimento sustentável. Exemplo são os projetos para a Orla da Guarapiranga. Vários projetos e propostas para a mesma finalidade, de iniciativas diversas e fontes de financiamento públicas e privadas estão sendo analisados entre si para articulá-los e integrá-los com cronograma que considera o potencial e o impacto dos investimentos na recuperação, proteção e desenvolvimento da região.⁹

⁹

Extraído do site http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/

Para tanto foi preciso a criação de guardas ambientais, da zeladoria urbano-ambiental e treinamento de agentes da própria comunidade, Também houve alocação de agentes para controle ambiental e agentes vistoros; juntamente com a articulação das polícias militares, ambiental e civil. Assim, foi necessária uma significativa mobilização coercitiva do Estado como explicita o fragmento:

A Guarda Ambiental entrará em operação imediatamente. Trata-se de uma inspetoria da Guarda Civil Metropolitana, inicialmente composta por 96 homens, 12 viaturas (3 para cada Subprefeitura) e 24 motos (6 para cada Subprefeitura). Em abril a corporação receberá outros 104 guardas, totalizando um efetivo de 200 homens, treinados pela Polícia Ambiental e pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

O treinamento dos guardas ambientais inclui 80 horas-aula sobre flora, pesca, fauna, caça, uso da água e controle ambiental em área de mananciais, legislação específica e funcionamento das agências ambientais e órgãos ligados à questão. A Guarda Ambiental fará rondas de carro e de moto, identificando ocupações e construções irregulares em Áreas de Preservação. Uma vez feita a identificação, o Guarda Ambiental informará o sistema de fiscalização que, então, tomará as providências necessárias (notificação e multas), inclusive acionando a Polícia Ambiental e a Polícia Civil, caso necessário.¹⁰

Em uma das visitas realizadas na subprefeitura, tivemos a oportunidade de obter informações com supervisor técnico de planejamento e desenvolvimento urbano, um dos responsáveis pelo planejamento do Distrito. Relatou-nos que a preservação ambiental é a preservação para a paisagem turística, sendo esta o alicerce do desenvolvimento de Parelheiros. Com a finalidade de mobilizar economicamente essa paisagem, a Operação Defesa das Águas cumprirá um papel importante, qual seja o de defender a água e também a paisagem; para que esta se fortaleça enquanto potencial turístico. A efetivação de um desenvolvimento dito sustentável terá suas bases nas atividades que conciliem a preservação ambiental (a preservação dos recursos como a água e o verde) com uma certa estratégia de desenvolvimento econômico local, totalmente baseada no turismo. A entrevista revelou que embora o turismo ainda seja incipiente, os números são animadores para os gestores. No ano de 2010, Parelheiros recebeu 120.000 mil turistas, com uma

¹⁰

Ibidem.

visita mensal de 2.000 mil pessoas. Dentre os eixos turísticos que a subprefeitura está impulsionando estão o náutico, o ecoturismo de aventura, o turismo rural, o cultural¹¹ e o religioso, cada um dos quais oferecendo um tipo de atrativo ao visitante (ver anexo 3). Na ótica dos propulsores dessas políticas, a paisagem natural, para se consolidar como uma paisagem turística, precisa passar hoje por um processo de recuperação de pontos degradados. Esses pontos são sempre áreas de ocupação irregular. No documento que celebra o convênio entre Estado e Município com vistas ao desenvolvimento de ações integradas nas áreas de proteção dos mananciais localizados no Município de São Paulo, está expresso que crime ambiental e construção irregular são equivalentes, logo tratados com semelhança. São atribuições do Estado e Município,

Cláusula terceira¹²

Das Atribuições dos Participantes

I- Nas ações de fiscalização e controle integrados:

- d. estruturar medidas complementares para inibir e coibir os crimes ambientais, com enquadramento legal dos infratores;
- e. Adotar procedimentos para desfazimentos de ocupação e construção irregulares com a tempestividade necessária;

Cláusula Quinta

Das Atribuições do Grupo Executivo de Proteção Dos Mananciais:

- II – propor e coordenar estratégias destinadas a fiscalizar e controlar as áreas de proteção ambiental visando impedir novas ocupações e a expansão da ocupação irregular nos territórios objeto do presente convênio;
- III – propor e coordenar a implantação das políticas habitacionais, e de desenvolvimento urbano para a região;
- IV- propor e coordenar as atividades destinadas a recuperar, proteger e preservar as áreas de preservação permanente e outras áreas consideradas prioritárias para a defesa dos mananciais e para a produção de água de boa qualidade, incluindo remoções e reassentamentos quando necessário.

A própria prefeitura reconhece, a possibilidade de haver políticas compensatórias caso aconteçam remoções. E antes mesmo do Estado iniciar

¹¹ O turismo cultural compreende as atividades relacionadas às reservas indígenas e as colônias alemãs. Para os devidos esclarecimentos, em 1829 foi instalada, no sertão de Santo Amaro, hoje Distrito de Parelheiros, 94 famílias alemãs, tentativa que fracassou devido as péssimas condições estruturais.

¹² Publicado no Diário Oficial do Estado 12/04/2007

qualquer política de “recuperação” de algum espaço sabe-se que haverá a necessidade de realojar as famílias, mediante condições dignas de infraestruturas, como podemos verificar no exposto abaixo retirado do site da prefeitura¹³ de São Paulo quando se inicia a Operação Defesa das Águas.

Se for definida a necessidade de remoção, esses casos serão analisados individualmente para identificar quais soluções poderão ser oferecidas aos moradores. Conforme o caso (renda, tipo de moradia, tamanho da família, tempo de residência, etc.), poderão ser oferecidas moradias em conjunto habitacional, carta de crédito para aquisição ou construção de moradia, crédito de indenização de construção, crédito ajuda de custo para mudança ou abrigo de emergência, por exemplo.

Infelizmente não foi e não é bem assim que acontece nos casos de desapropriações seguidas de demolições das habitações, como demonstra uma das edições do jornal Zona Sul Notícias na página seguinte. Destacamos ali a visão dos técnicos, dos planejadores, aqueles que promovem as desapropriações, e do outro lado, os moradores, que foram removidos de suas casas. Em vermelho estão sublinhados os depoimentos dos moradores em relação as ações da Operação Defesa das Águas. Em azul o que representa essa Operação segundo a visão dos gestores.

No dia 31 de março de 2012 a Operação Defesa das Águas completou cinco anos, com um balanço de 12.500 construções demolidas na Cidade de São Paulo, junto aos mananciais. O responsável pela execução da Operação é Edson Ortega, Secretario Municipal de Segurança Urbana, que durante o governo Fernando Henrique Cardoso foi Secretario Nacional de Habitação. Por parte dos administradores e gestores, essa Operação está desenvolvendo um grande progresso, porque de fato pela primeira vez na história de São Paulo a água está sendo protegida. Dito isto, é notável perante as atuais políticas públicas da cidade de São Paulo, que existe uma relação bem próxima entre a questão da moradia e a questão da segurança pública. Ou seja, os projetos públicos ou público-privados que intervêm no espaço urbano acabam por aprofundar os conflitos por moradia que, acabam virando caso de polícia, ao invés de políticas públicas de interesse social.

¹³

Extraído do site http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/

FORÇA TAREFA**Defesa das Águas
gera polêmica**

A força-tarefa visa coibir a construção de casas em áreas de mananciais, como as das represas Billings e Guarapiranga.

Mas pessoas que moram há muito tempo nessas áreas reclamam que suas casas estão sendo demolidas pela Prefeitura sem aviso prévio ou com uma notificação de apenas 48 horas.

O recém nascido Davi, com apenas 40 dias, veio ao mundo em meio a muita tensão. A casa de três cômodos onde ele mora com a mãe, o pai e mais seis, vai ser demolida.

"Perguntaram se nós queria ficar em abrigo. Eu não vou ficar em abrigo com sete crianças", lamenta Luciana Cavalcanti, dona de casa e mãe de sete filhos.

Cláudio diz que comprou o terreno há um ano. Sabe que a ocupação da área é irregular, mas diz que não tem alternativa.

"Nós estamos aqui com medo, sem saber o que fazer, não temos nenhuma opção, não temos nada", afirma Cláudio de Moraes, pedreiro.

Onde hoje há um monte de entulho, estava a casa onde Patrícia morava com mais seis parentes. No final do mês de abril, a família viu tudo ir para o chão.

"Vieram cortaram nossas água, cortaram nossa luz", diz ela.

Desempregada, diz que não tem onde morar. "Eu estou morando na casa da minha tia, a minha mãe na casa da minha outra tia e os meus dois filhos na casa da minha irmã", conta Patrícia Silva, desempregada.

Uma paisagem verde e cinza. Assim ficou a margem da represa Billings desde que a Prefei-

tura começou a operação Defesa das Águas, que quer acabar com as construções nas áreas de mananciais. No jardim Apurá, até o final do mês já foram demolidas 19 casas, segundo o líder comunitário.

"Quando foi feita essa ação, no mesmo dia que vieram derrubar foi dado o papel de 48 horas e não respeitaram isso daí", garante Eliseu Cruz, líder comunitário.

Mais de 20 associações de moradores de bairros onde há casas em área de mananciais já procuraram a defensoria pública.

Carlos Loureiro explica que a Prefeitura tem poder de polícia ambiental. Pode determinar a demolição em locais invadidos, mas, da forma como está agindo, fere os direitos da população.

"Isso viola diretamente o direito à moradia, constitucionalmente protegido, e viola também o dever do município de promover o bem estar social e as funções sociais da cidade", afirma Carlos Loureiro, núcleo de habitação e urbanismo/defensoria pública.

O secretário do verde e meio ambiente, Eduardo Jorge, defende a operação Defesa das Águas, e diz que ela representa um avanço.

"É quase uma mudança cultural em São Paulo. É acreditar que é possível defender a produção de águas das nossas represas. Essas remoções serão muito poucas se você compara com um milhão e meio de população que já está lá e que vai ficar, mas desde que seja uma coisa legalizada e regularizada", diz o secretário.

"O que a gente pede é só uma moradia. Só isso que a gente quer, nada mais", lamenta a moradora.

Os processos de remoções, desapropriações e demolições são ações conflituosas, que em muitos casos o poder público usa da força policial no momento em que vão retomar alguma área. Já os ocupantes resistem, ou seja, se valem do direito à moradia e pelo direito de se colocar contra as políticas espaciais excludentes. Pensando nisso, no dia 17 de outubro em 2007 foi publicado o decreto 48.832, lei municipal que normatiza o uso da violência em qualquer ato de resistência durante os procedimentos de desocupação, abaixo está um trecho do decreto:

Art. 1º. A vigilância e a guarda dos bens imóveis municipais incumbem às Subprefeituras, em seu respectivo âmbito de atuação, salvo quanto àqueles que se encontrem sob a administração de outros órgãos municipais.

Art. 2º. Havendo turbação ou esbulho na posse de bem imóvel municipal, a Subprefeitura competente tomará as providências imediatas para sua desocupação e para a demolição das edificações irregulares verificadas, pelo exercício do poder de polícia, podendo utilizar-se dos meios que se fizerem necessários e adequados, tais como:

I - retirada compulsória, mediante o uso da força;

II - isolamento da área;

III - interdição;

IV - notificação para desocupação;

V - lavratura de boletim de ocorrência por crime de desobediência e esbulho possessório;

VI - solicitação de auxílio de outras Secretarias e órgãos cuja intervenção se justifique, inclusive da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Ficará a cargo da Secretaria ou órgão municipal respectivo a adoção das providências referidas no "caput" deste artigo quanto à turbação ou esbulho verificado nos imóveis sob sua administração.

As entrevistas com funcionários da subprefeitura foram muito reveladoras, principalmente no que tange aos instrumentos e estratégias utilizadas para a valorização do Distrito. A estratégia principal está no âmbito da segurança, o efetivo da polícia militar aumentou consideravelmente no centro de Parelheiros, fato que se explica por meio da parceria entre a região juntamente com a Secretaria de Segurança Pública, numa operação intitulada "Operação Delegada", a mesma que atua na criminalização do comércio

ambulante da área central do Município¹⁴. Essa Operação também teve seus desdobramentos nas escolhas dos subprefeitos de São Paulo, atualmente 30 subprefeituras estão sob o comando de Coronéis da Polícia Militar. Lembrando que as subprefeituras foram criadas em 2002 com o objetivo de descentralizar a gestão da cidade e, com isso, os bairros, poderiam ter maior participação nas elaborações e decisões de propostas vinculadas a habitação, cultura, educação, saúde.

No entanto, a realidade nos diz o contrário, houve uma maior centralização, militarização, e hoje, o papel principal que as subprefeituras cumprem é o de zeladoria. Parelheiros possui 70% de suas atividades voltadas para a zeladoria, que inclui: poda de árvore, cortar grama, recolher entulhos, limpar bueiros e vias públicas. Talvez essa porcentagem considerável, esteja relacionada principalmente, porque se trata de áreas protegidas ambientalmente e a “paisagem verde” precisa ser conservada.

Os planos estratégicos existem e foram pensados para que as especificidades, dos lugares, sejam exaltadas e indutoras de desenvolvimento dito “local”. Nesse sentido, cabe aos gestores administrar e desenvolver as singularidades existentes em cada lugar.

Seguindo essa lógica da venda do espaço mercadoria, os agentes hegemônicos (incorporadores imobiliários, Estado, por exemplo) promovem a cidade como qualquer outra mercadoria. Isso pode ser entendido, quando esses agentes somam esforços com a finalidade de desenvolver as “vocações econômicas” que determinado espaço possui. De acordo com Wainer

Alguns dos mais respeitados especialistas no chamado *marketing urbano* enfatizam a necessidade de, a partir do diagnóstico das características de cada cidade e dos infinitos mercados nos quais ela pode ser *vendida*, examinar adequadamente o tipo de consumidor virtualmente sensível

¹⁴ “A Prefeitura de São Paulo e o governo do Estado decidiram ampliar a Operação Delegada para toda a cidade. A partir de agora, todas as 31 Subprefeituras paulistanas contarão com policiais militares para atuar de forma intensiva na fiscalização de comércio ambulante ilegal em ruas da capital.

Por meio da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, via Polícia Militar, a ampliação da Operação Delegada agora atingirá mais 17 Subprefeituras: Perus, Pirituba, Freguesia do Ó, Jaçanã, Vila Maria, Penha, Ermelino Matarazzo, Aricanduva, Itaquera, Guaianases, Cidade Tiradentes, Butantã, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Parelheiros, Capela do Socorro e Cidade Ademar.”

Acessado dia 01/03/2012, disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/m_boi_mirim/noticias/?p=21138

aos atributos locacionais que a cidade oferece ou pode vir a oferecer (Kottler, Haider, Rein, 1994). Esta não é, no entanto, a posição dos autores aqui analisados. Para eles, a venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional [...].
(VAINER, p.79,2009)

Esse fatiamento do espaço, onde no caso de São Paulo cada subprefeitura possui um Plano Estratégico Regional, o fragmenta e os tornam competitivos à medida que os recursos não são distribuídos igualmente para cada subprefeitura. O chamado desenvolvimento local passa a ser responsabilidade do próprio Distrito, captar recursos, atrair investimentos a partir daquilo que, numa visão empreendedorista ele tem de melhor a oferecer ao mercado. No caso de Parelheiros, o desenvolvimento é “sustentável” e está relacionado às “novas raridades”: a água e o verde.

4. Breve análise política e econômica do “desenvolvimento sustentável”

Com o objetivo de desenvolvermos uma reflexão entorno do discurso do “desenvolvimento sustentável”, buscamos uma discussão do termo que melhor expresse suas diretrizes, embora existam muitos acadêmicos discutindo o assunto. Nesse sentido, o “desenvolvimento sustentável”, segundo RIBEIRO (1997), constitui um novo paradigma de desenvolvimento, sendo imprescindível abarcar elementos políticos, econômicos, filosóficos e éticos. Desta forma, seria possível o equilíbrio entre desenvolvimento e utilização dos recursos naturais. O autor compartilha da ideia de que

[...] o desenvolvimento sustentável não se constitui em métodos de planejamento, e sim de conhecimento. Adotando técnicas associadas, o importante na natureza do conceito está justamente na conciliação que promove entre distintas formas de liberdade: a natural, a social e a de mercado. Seu desenvolvimento deve ocorrer flexivelmente, segundo, distintas situações sociais, econômicas e ambientais, ou seja, a combinação de fatores, ou sua integração, depende de variáveis, no tempo e no espaço. (1997, p.72)

Em linhas gerais, toda literatura consultada que considera o “desenvolvimento sustentável” como possibilidade a ser alcançada possui similaridades com as diretrizes expostas acima. Desta maneira, o objetivo está em conciliar o desenvolvimento econômico junto à manutenção dos recursos naturais promovendo a justiça social. Dito com outras palavras, a ideia é enquadrar o desenvolvimento capitalista de maneira a “torná-lo ecologicamente sustentável e socialmente igualitário”.

Diante de tal perspectiva, entendemos a sustentabilidade como uma forma de discurso ideológico, e como tal, visa criar uma coesão social, ao menos inicialmente no discurso. Isso porque esse discurso reúne metas de equidade social e de preservação ambiental sem de fato questionar o modelo de acumulação do capital. Portanto, o próprio termo já é bastante sugestivo, quando propõe sustentar esse modelo vigente de desenvolvimento de maneira a criar condições de mantê-lo, ou seja, de (re) criar “sobrevidas” ou “sobrefôlegos”.

Embora o presente trabalho esteja preocupado em trazer as contradições que o termo “desenvolvimento sustentável” carrega, não poderíamos deixar de citar que já na década de setenta, Furtado (1986) demonstra como a própria discussão de desenvolvimento econômico nos países periféricos acaba sendo um mito, não sendo possível transpor o modo de vida das economias capitalistas desenvolvidas para os países subdesenvolvidos. Caso o fizéssemos, certamente o sistema entraria em colapso devido às pressões sobre os recursos “não renováveis” e por conta da profunda e insustentável poluição que o planeta se encontraria. Conforme Furtado,

(...) de forma irrefutável, as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um mito. *Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.* (1986, p.75-76) (grifo nosso)

Perante estas considerações, uma indagação é suscitada: se a própria discussão de desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos torna este conceito um mito, como pensarmos então em “desenvolvimento sustentável”?

Outro apontamento a ser destacado diz respeito às similaridades entre a crítica que o autor realiza e o deslocamento de foco apontado pelos críticos do desenvolvimento sustentável, segundo os quais, a análise deveria colocar em questão o próprio sistema capitalista e não apenas supostas formas de uso desordenado e inconsequente dos recursos.

O reconhecimento - perante a opinião pública - de que o “desenvolvimento sustentável” é um caminho a ser percorrido é um fato: mas o que de fato esse discurso traz? E por que mobiliza tantos setores da opinião pública (ONGs, os governantes, as empresas, as Universidades)? Talvez dois

apontamentos possam subsidiar a compreensão destas questões, um pela perspectiva política e a outro pela via econômica. Começemos a traçar o raciocínio pela perspectiva política.

Os anos sessenta e setenta nos países capitalistas marcam a expressão dos movimentos da juventude que se colocava contra as ações truculentas de seus governos para com outras nações. Nos Estados Unidos o movimento *hippie*, na Europa a juventude francesa sai às ruas desafiando o Estado. O movimento ecológico surge nesse contexto junto a outros movimentos cuja crítica não necessariamente parte da crítica estrutural da sociedade. Uma das explicações talvez esteja na descrença que o stalinismo soviético disseminou nos movimentos e partidos de esquerda. Gonçalves nos ajuda a elucidar essa transformação

A década de 1960 assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticam exclusivamente o modo de vida. E o cotidiano emerge aí como categoria central nesse questionamento. É claro que cotidiano e história não se excluem; todavia, há um deslocamento de ênfase: enquanto movimento operário em sua vertente marxista dominante (social-democracia e leninista) insistia na “missão histórica do proletariado” que, uma vez vitorioso sobre a burguesia capitalista, resolveria então todos os problemas cotidianos [...]. (1990, p.11-12)

Os levantes da juventude, dos anos sessenta e setenta, tinham como ponto de partida negar as ações truculentas do Estado, de modo que a liberdade surgia como pauta de convergência nas reivindicações estudantis. Em um momento em que perseguições políticas, guerras e ditaduras configuravam o momento histórico e político. Importante ressaltarmos esse contexto para que possamos compreender as metamorfoses nas lutas políticas, em particular, o interesse em investigar o contexto do surgimento dos movimentos ecológicos e sua facilidade em mobilizar tantos segmentos da sociedade.

O esvaziamento das bandeiras de lutas políticas que tinham como princípio transformar as estruturas sociais se consolidou com a queda do muro de Berlim. A perda de um referencial, daquilo que significava uma experiência histórica abalou fortemente as organizações da esquerda. Além disso, dos anos setenta em diante emergem as teorias neoliberais (e sua consequente

implementação), o que irá representar um ataque ao Estado intervencionista keynesiano pós-crise de vinte e nove, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, como bem nos demonstra Harvey:

Assim, a doutrina neoliberal opunha-se profundamente às teorias do Estado intervencionista, como as de John Maynard Keynes, que alcançaram a proeminência nos anos 30 em resposta a Grande Depressão. [...] Os neoliberais se mostravam ainda mais fortemente contrários à teoria do planejamento estatal centralizado [...]. Alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependia da força dos grupos políticos de interesses envolvidos (como os sindicatos, os ambientalistas ou grupos de pressão corporativos). (2008, p.30)

Harvey (2008) nos fornece uma importante contribuição na medida em que demonstra como as reivindicações de liberdade, dos anos sessenta em diante, foram sendo apropriadas e fundidas pelo discurso neoliberal. Nesse sentido, as reivindicações pelo direito a liberdade acabaram se unindo a própria crítica dos neoliberais frente ao Estado interventor.

Diante do exposto, percebemos como os movimentos políticos tomam novos rumos em face das novas prerrogativas que estavam colocadas: de um lado a queda do muro de Berlim, de outro a ascensão neoliberal e com isso a perda dos referenciais por parte dos movimentos. Interessa-nos saber, portanto, por que as políticas urbanas ambientais são realizadas de forma truculenta pelo Estado via discurso da sustentabilidade. E na maioria das vezes, essas políticas são implantadas sem oposição, ou tendo apoio de movimentos organizados, porque tudo se justifica pelo “bem da proteção ambiental”. Nossa inquietação, neste ponto, está em conseguirmos responder por que o movimento ecológico - que é político - e que surgira deste contexto que resgatamos, separa o social da questão ambiental.

Presenciamos nos atores sociais, ONGs, parte considerável dos trabalhos acadêmicos, nos discursos políticos, e na mídia, o esforço em criar e defender áreas protegidas ambientalmente. Isto porque a visão dos conservacionistas ambientais segundo Diegues (2000, p.53) carrega uma concepção biocêntrica. “Pela qual o homem natural tem direitos idênticos ao ser humano”. Desta forma, aparece a ideia de “parques naturais”, onde

[...] porções do território consideradas “intocadas” foram transformadas em áreas naturais protegidas, nas quais não poderia haver morador. Essas áreas selvagens foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais. (DIEGUES, 2000, p.53)

Para os conservacionistas, o homem não possui o direito de dominar a “natureza”, o que acaba sendo contraditório, porque se a natureza se transforma em objeto, foi pensada com intencionalidades. A área a ser preservada é medida e, as espécies de vegetações catalogadas, dizendo de outra forma, a “natureza” é domesticada, enquadrada e, dentro da Cidade, é uma “obra cênica”. Os “movimentos ambientais”, assim como os atores sociais suplantam o imaginário de que o objetivo é salvar o “meio ambiente”. Na verdade, presenciamos esse objetivo: (de preservar) transformar a “natureza” em objeto reificado.

Outra análise a ser considerada em relação aos “movimentos ambientais” - enquanto movimentos de “contestação”-, diz respeito ao consumo. As preocupações em torno da “preservação dos recursos ambientais” acabam se refletindo no consumo das mercadorias, quer dizer, produz-se consumidores, e consumidores diferenciados, ou seja, nichos de mercados, em busca de outras mercadorias. Seja a busca pelo consumo de outros espaços ou de produtos que tenham em alguma etapa da produção o comprometimento com a “questão ambiental”, sendo certificados: por terem sua produção ligada a empresas que se intitulam “parceiras do meio ambiente”. Portanto, o que queremos destacar é a convergência de consensos desses atores (ONGs, consumidores, gestores de instituições públicas e privadas, ambientalistas) rumo ao ideário do “desenvolvimento sustentável”.

A segunda perspectiva pela qual iremos procurar compreender o “desenvolvimento sustentável” será a econômica. Aliás, esse paradigma constitui uma grande área de interesse da Economia, intitulada de “economia do meio ambiente”, principalmente quando os custos e os benefícios dos recursos ambientais começam a ser calculados e incorporados nos receituários das empresas. Recorremos, assim, aos economistas, para uma reflexão mais consistente sobre o assunto, visto que os “bens naturais” ou os “ativos naturais”, enquanto recursos em potencial - ou direto - são pensados como

investimentos rentáveis. Para a economia neoclássica, gerir os recursos raros de maneira monetária torna-se imprescindível (Tolmasquim, 2003).

A produção de mercadoria - nexos vital do nosso sistema político econômico - produz necessariamente alterações no ambiente. Nesse sentido, o “desenvolvimento sustentável” tenta impor-se como um caminho a ser seguido no processo de reprodução das relações sociais de produção, intermediado pela mercadoria. De maneira que as “externalidades¹⁵” provocadas no processo de produção precisam ser internalizadas nos custos finais de um determinado produto. Nas análises econômicas a degradação ambiental é externalidade que acontece no processo produtivo e, não necessariamente, tem algum impacto nos preços de mercado.

Essa situação será alterada quando os efeitos externos forem incorporados, considerando-os como custos. Uma das maneiras mais comuns de incorporar estes custos é por meio de normas/multas, impostos ou tributações realizadas pelo poder público. O importante desses debates é conseguirmos entender como funcionam esses mecanismos no processo produtivo e, como o produto final chega ao mercado. Quando as empresas começam a implantar mecanismos para custear esses impactos, alguém precisa pagar por isso de alguma maneira.

Assim, ou os produtos chegarão aos consumidores com um preço mais elevado ou os trabalhadores pagam por este custo ambiental ao empresário por meio da intensificação do trabalho. Isso porque a economia procura sempre atingir um ponto ótimo¹⁶, tentando, desta forma, atingir um equilíbrio de mercado: quando os preços repõem os custos. No entanto, o que presenciamos é a pulverização dos anúncios das calamidades ambientais - a destruição da vegetação, a poluição atmosférica e de rios etc., apontando toda a sociedade como protagonista dessa destruição.

Nesta perspectiva, as empresas arcam com os custos e os danos ambientais são repassados aos consumidores. Fica a pergunta: estamos no rumo da sustentabilidade? As empresas, por sua vez, acabam saindo ilesas de

¹⁵ A externalidade é um conceito originado da Economia, refere-se às ineficiências do mercado. Uma externalidade surge quando a produção ou o consumo sofre algum efeito, porém não reflete no sistema de preços.

¹⁶ Em economia o ótimo de Pareto refere-se a uma situação em que “uma repartição dada da renda, ninguém pode aumentar seus ganhos sem diminuir os dos outros” (TOLMASQUIM, 2003, p.324)

suas responsabilidades. Portanto, os custos e a culpa pelas “agressões ao ambiente” são socializados, enquanto os ganhos são individualizados. Neste contexto, compreendemos Tolmasquim quando expõe:

Em economia, a noção de dano ou benefício repousa sobre a expressão das preferências dos indivíduos: preferências para evitar uma perda (dano) ou para obter um benefício. Estas preferências se manifestam sobre o mercado e se expressam sob a forma de consentimento de pagar. (2003, p.329)

Ribeiro (1997) aponta que, neste ponto de vista, a natureza é provedora de capital circulante, logo os custos das matérias-primas seriam transferidas para os produtos finais. No entanto, essa visão deveria ser superada, com o argumento de que o “ambiente” precisaria ser considerado como capital fixo e assim manter-se-ia durante o ciclo produtivo. Assim o autor nos diz

O diagnóstico desta linha de pensamento diz que as raízes da crise ambiental estão no fato de o capital considerar o meio ambiente como um bem livre e os danos ambientais dos processos produtivos, como externalidades. Nesse sentido, a crise ambiental decorria da incapacidade de os capitais computarem os danos ambientais que as suas atividades geraram, mesmo quando estes danos ameaçam a própria continuidade da acumulação capitalista. A solução seria corrigir a falta de visão dos empresários e passar a considerar o meio ambiente como bem econômico, dotado de preço. Na verdade, pode-se dizer que as empresas sempre computaram o meio ambiente como tendo custo nulo em moeda; tratar-se-ia, portanto, de lhe dar um custo positivo e monetizá-lo.

Para o capital, segundo Carneiro (2005, p.30) arcar com os custos “ambientais” por meio de tais políticas acaba tornando-se um gasto dispendioso e improdutivo, porém a minimização dos danos ambientais é inexorável do ponto de vista do processo de acumulação de riqueza. Partindo desta premissa, Carneiro (2005, p.30) nos faz um apontamento importante: as ações do Estado para minimizar os danos ao “meio ambiente” entram em colapso durante as crises cíclicas de mais-valia do capital; porque o próprio Estado precisa socorrer o mercado. Portanto, o Estado possui sua principal diretriz baseada na regulação. Nesse sentido, passa de protagonista a mero regulador comercial e pilar salvador das instituições financeiras em momentos de crises (o que acaba desmontando o discurso neoliberal). E por outro lado, outra contradição vigora na “produção sustentável”: levando em conta a

concorrência existente entre os capitais mais as crescentes tributações por parte do Estado, esta situação acabaria diminuindo os lucros das empresas, logo apareceria o encarecimento da produção, resultando numa crise de “subprodução”.

Isso aponta um dos limites “intrinsecamente econômicos” à realização de um “desenvolvimento sustentável”, entendido como compatibilização entre a continuação indefinida da acumulação capitalista e a reposição, também indefinida, de suas condições naturais de possibilidade. (CARNEIRO, 2005, p.30)

A finalidade das discussões realizadas até o momento é avançar na crítica rumo à desmistificação da neutralidade transmitida por alguns atores sociais ao colocarem a degradação ambiental no nível do cotidiano. Quando na verdade a degradação parte da produção das mercadorias e, contraditoriamente, o cotidiano surge como resposta a essa suposta “crise ambiental”. Chamamos a atenção, portanto, para a forma pela qual a “natureza” é apropriada e considerada pela ótica monetária sempre.

Entrelaçando todas as exposições consideradas, é possível inferir que da maneira pela qual a nossa economia está estruturada, o ideário do “desenvolvimento sustentável” desvela seu revés ideológico e conservador, na medida em que conserva toda estrutura socioeconômica. A política de preservação de qualquer “recurso natural” ou “bens naturais” irá perpassar necessariamente pela lógica da acumulação de riquezas. Por fim, concluímos que este termo ou pseudo-conceito não proporciona nenhuma possibilidade de ao menos mitigar as desigualdades provocadas pelo processo de acumulação capitalista. Além disso, este termo e suas inúmeras definições trazem consigo uma flexibilidade e indefinições tanto na esfera temporal, espacial quanto na forma pela qual deverá se desenvolver essa preservação “ambiental”.

5. O verde como uma “nova raridade”

Os espaços verdes dentro das grandes cidades tornaram-se raridades, assim como qualquer outro “recurso” escasso. Certamente que para tornar-se escasso é preciso que haja consumo e para haver consumo é preciso que haja consumidores dispostos a adquirirem determinados produtos. Estamos nos referindo propriamente à valorização e mercantilização dos espaços verdes das cidades. Estes espaços, na mesma medida em que se colocam em oposição ao urbano, pelo menos no que diz respeito a sua forma, também são extensões do urbano. Isso se realiza no momento em que o negamos e no instante em que o reproduzimos enquanto relações sociais de produção.

O espaço, como dimensão da sociedade, apresenta o momento histórico por meio de sua concretude. Assim, o espaço também é consumido, além de ser produzido. Não é somente pelo processo produtivo que podemos compreender a sociedade. O tempo do não trabalho também passa a fazer parte do processo de acumulação do capital, estendendo-se da fábrica para a casa, para o lazer e para a vida privada.

Os avanços tecnológicos proporcionados pelo desenvolvimento das forças produtivas configuram as cidades. De maneira que proporcionaram o cercamento de nossa visão para além de imagens e informações simultâneas e repetitivas que impõem normas e modos de ser. Os estreitamentos dos movimentos devido à presença de objetos que disputam espaços na cidade se juntam à falta de reconhecimento entre os sujeitos e entre o sujeito e a obra. Esse panorama é intensificado de acordo com as forças de produção e reprodução, e na mesma proporção será o sentimento de insatisfação e enfado.

Enquanto este espaço urbano se “rebela” em forma de “caos”, outros são produzidos na mesma medida para serem consumidos enquanto válvula de escape. Diante disto, a busca pela fuga de espaços que aparentam oposição a forma urbana tornaram-se imperativos em nossa sociedade. Faz-se necessário em algum momento esse reencontro com a “natureza”, para que dessa maneira a sensação de liberdade e paz se realize. A venda de prazeres em forma de liberdade encontra-se a disposição no mercado: vendem-se os espaços!

Essa forma de “natureza” que concebemos hoje se traduz em fetiche. Atribuímos sensações e vida quando imaginamos estar em ambientes, seja uma cachoeira, uma praia deserta, um grande “parque natural”, ou tudo que remonta a “espaços da natureza”. Essa “natureza” recriada é formatada e correspondente à forma mercadoria, porque atribui valor aos espaços.

Henri Lefebvre (2008) denota que um dos problemas concernentes à natureza refere-se ao seu distanciamento daquilo que era natural, porém os seus signos são constantemente forjados.

“Tais signos são produzidos e vendidos em massa. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia da presença. Ao mesmo tempo, a naturalização ideológica obceca”. (2008, p.34)

Com o processo de troca simples os recursos provenientes da “natureza” eram utilizados de acordo com o seu tempo. Hoje a “natureza” produz de acordo com nosso tempo. Nossas necessidades eram supridas conforme a disposição de insumos presentes no ambiente. E essa disposição era determinada pelo tempo necessário a se produzir. Lembrando que a lógica anterior ao capital era baseada no entesouramento, o dinheiro era guardado, diferentemente acontece com o capitalismo, onde o capital precisa circular. Nesse sentido, uma das funções a o que banco se presta está na circulação monetária.

Com as metamorfoses da lógica de acumulação, devido também ao desenvolvimento das forças produtivas, além de manipularmos o tempo em que uma mercadoria é produzida, conseguimos também manipular a produção de insumos. Essa “conquista” foi proporcionada graças à revolução verde¹⁷. Entre os poucos elementos dos quais ainda não possuímos controle em sua

¹⁷ A Revolução Verde consistiu na introdução da biotecnologia e equipamentos tecnológicos, proporcionando aumento na produtividade agrícola sem necessariamente “aumentar” a áreas de cultivo. Originada nos países desenvolvidos, o discurso difundido era o seguinte: As nações subdesenvolvidas só conseguiriam combater de fato a miséria e a fome quando aderisse os novos recursos técnico-científicos em sua produção. Assim, a modernização do campo por meio da utilização de sementes geneticamente modificadas, logo mais resistente às intempéries climáticas, do uso de fertilizantes, a mecanização da colheita, da irrigação, do revolvimento da terra, levaria ao fim da pobreza. O que não deu certo, o resultado foi: maior dependência dos países desenvolvidos, porque são eles os detentores de tecnologia de inovação. Os pequenos agricultores não conseguiram competir com a grande propriedade muito menos ter acesso a esse pacote tecnológico e assim o culminou ainda mais na concentração de terra.

produção, podemos mencionar a terra e a água (com todas as ressalvas possíveis).

Pensando na Cidade de São Paulo com todo processo de urbanização crítica, de verticalização, ocupação das margens dos principais rios da cidade e altíssimo grau de impermeabilização do solo, seria insano, do ponto de vista do capital, desapropriar espaços construídos para cultivarmos “espaços verdes” dentro da Cidade. Portanto, a impossibilidade de produzir “espaços verdes” nas cidades, somado a lógica de reprodução do capital, fundamentado na sua própria destruição, proporciona avanços dos impactos mais intensos sobre os ambientes. E a saída que o capitalismo encontra é a saída mercadológica, monetária, haja visto o comércio de créditos de carbono entre as empresas.

Importante destacarmos que quando mencionamos a impossibilidade de produzir “espaços verdes”, estamos nos referindo à produção propriamente dita. Aquela produzida pelo trabalho humano; nesta perspectiva, o homem não produz fragmentos de floresta na fábrica e os coloca na cidade. Nossa discussão está no âmbito das relações sociais, que embora a terra e os fragmentos de vegetação da cidade não terem sido produzidos, atribuímos valores monetários porque a nossa relação com esses “bens naturais” ocorre pela troca. Eles foram transformados pela sociedade em mercadorias porque possuem valores monetários. E o que determina o quanto irá custar no mercado é a lei de oferta e procura e a sua escassez.

Nesta perspectiva, a própria condição de escassez dos “bens livres” acaba transformando-os em mercadorias. Assim, a “paisagem verde” ou a “paisagem natural” acaba tornando-se uma “nova raridade”, portanto, passível de troca. Assim, o uso é transformado, portador das satisfações imediatas, em valor de troca, caráter primeiro da mercadoria. De acordo com as palavras de Santana,

Os "bens naturais" na antiguidade são considerados "bens livres", mas nas sociedades modernas apenas o ar parece ser abundante. São finitos, por isso contradizem a tese do crescimento infinito. As transformações ocorridas através do processo de industrialização e de urbanização desencadearam uma "crise ambiental", tornando cada vez mais escassa as riquezas vindas da natureza. A natureza também se torna raridade na paisagem urbana e industrial, quando caracterizada pela "natureza pura" na vida na cidade. A

raridade é o argumento que faltava para dar valor de troca àqueles bens. Este movimento histórico implica na entrada destes bens no circuito econômico enquanto mercadoria. (2008, p.119)

Perante essas análises, a cidade é a experiência histórica concreta do processo contraditório da reprodução do capital sobre os “bens naturais”, pelo fato da própria cidade negar a natureza, em primeiro plano, superficialmente, enquanto aparência, e num segundo plano, enquanto história. Os diferentes momentos dos processos históricos de acumulação se revelam pelo espaço. Os centros urbanos e as diferentes centralidades produzidas acompanham as mudanças na acumulação e expansão do capital mundializado. Essa situação se expressa tanto pelo fato da cidade ser o *locus* que concentra a troca, a decisão, o consumo, a produção e a circulação, como também pela desigualdade econômica determinada internacionalmente. Novamente Lefebvre nos elucidada

A cidade, ou o que dela resta, ou o que ela se torna, serve mais que nunca à formação de capital, isto é, a formação, à realização, à distribuição da mais-valia. Por outro, tais lógicas e tautologias negam a natureza. Negação que nada tem de abstrata, que não é especulativa. Rejeitando as particularidades, a racionalidade industrial devasta, pura e simplesmente, a natureza e tudo o que é do domínio da “naturalidade”. (2008, p.41)

Num momento em que as relações local e global nunca estiveram tão estreitas e o próprio movimento do capital de expansão e reprodução, estabelecem (re)definições espaciais. Essas (re)definições são projetadas para a captação de novos investimentos econômicos, com o objetivo de atrair os capitais em busca de revalorização. Com isso a periferia da cidade reduto da classe trabalhadora, no atual momento histórico pode sofrer transformações frente a esta conjuntura. Tais transformações podem vir a se efetivar quando estes espaços até então “marginais” ou “desvalorizados” despontarem interesses pelo fato de possuírem alguns “bens livres” ou “novas raridades”.

Tello (2005, p.19) afirma que os interesses pelos “espaços marginais”, ou como ela denomina de “territórios-reservas”, estão pautados na sustentação da escassez dos bens “naturais” nas cidades. Desta forma, considera “que o

processo está sendo alimentado por uma constante produção e reprodução de “territórios-reservas” que garantem a solução eficaz das crises metropolitanas de crescimento/acumulação”. Diante dessas colocações é possível compreender a importância estratégica que Parelheiros cumpre, não só para a cidade de São Paulo e sim a toda dimensão territorial que implica. Portanto, é inegável o esforço por parte dos gestores em aproveitar, monetariamente, com mais intensidade toda essa “potencialidade” que a região possui. Potencialidades essas baseadas nas “novas raridades”, como mencionado no início do trabalho.

O que não podemos perder de vista é que este aproveitamento econômico vem acompanhado pelos discursos ambientais, via desenvolvimento sustentável, é blindado pelo movimento ambientalista, interessado em conservar aquela paisagem. Por outro lado, o poder público desenvolve as políticas ambientais que lhe cabe, porém tirando proveito da “natureza” via mercantilização. Em outras palavras: “desenvolver sem agredir o meio ambiente”.

6. Os “espaços verdes” e a Periferia

A região¹⁸ de Parelheiros, como já mencionamos, é composta por um significativo remanescente de Mata Atlântica que possui importância tanto para abrigar a fauna existente e regular o clima, como também para proteger as nascentes e rios que abastecem a Cidade. A relação conflituosa entre preservação ambiental e moradia tornou-se um problema crônico dentro da região. Certamente, esta situação é fruto do processo da urbanização crítica de São Paulo.

Para quem reside na região há mais de vinte anos, são notáveis as transformações, principalmente no que concerne à importância dos “bens naturais”. O que mudou não foi a importância em si dos ecossistemas e o reconhecimento de sua fragilidade perante nós, mas a gestão do Estado frente ao “meio ambiente”. Não houve nenhuma mobilização por parte do Estado diante das corriqueiras denúncias de especulação imobiliária, vendendo lotes ilegais em áreas de mananciais. (Ver anexo 5)

A partir do século XXI, o Estado se faz mais presente na região. De fato, houve uma mudança no papel da centralidade que o “meio ambiente” cumpre. As políticas locais estruturam a importância dos mananciais pelas leis (que datam de 1975) e pela criação de parques e áreas protegidas. Não concebemos essa mudança por parte do Estado (em colocar centralidade na preservação ambiental, em Parelheiros) como uma simples “consciência ambiental”. Ao contrário, entendemos como uma condição para a reprodução das relações de produção. Nesse sentido, compartilhamos com Scifoni (2006, p.23) quando aborda a natureza como recriação de uma nova necessidade social. Assim a proteção se coloca enquanto condição necessária na divisão espacial do trabalho da metrópole paulista, portanto, a proteção ambiental obtém uma função dentro da lógica capitalista.

Essa mudança de gestão dos recursos naturais em Parelheiros fica evidente a partir da criação de mecanismos que visam não só proteger o meio ambiente, mas também frear os processos de ocupação por famílias em busca de moradias. Nesse contexto, foram criadas duas APAs (Área de Preservação

¹⁸ Estamos considerando região o perímetro administrativo da Subprefeitura de Parelheiros que engloba Marsilac e Parelheiros.

Ambiental), o Parque Natural Cratera do Colônia¹⁹, e está prevista a implantação de quatro parques lineares, dois propriamente em Parelheiros e os outros dois circunvizinhos ao Distrito.

Estes quatro parques previstos têm sua origem ligada à construção do trecho sul do Rodoanel Mario Covas, momento em que houve muita polêmica por parte dos ambientalistas. A preocupação não estava somente com a possível perda de fluxo entre fauna e flora, mas também com a possível ocupação desenfreada aos arredores da rodovia por parte da população. Ao visualizarmos o mapa 3 (p.50) notamos que todos os quatro Parques margeiam a Rodovia como forma de barrar um possível retorno a ocupação desenfreada.

Tabela 3.

Unidades de Conservação em Parelheiros				
Nome dos Parques	Ano de Implantação	Lei de Regulamentação	Área	Localização
APA Capivari Monos	2001	Lei nº 13.136	25.000 ha	Parelheiros ²⁰
APA Colônia Bororé	2006	Lei nº 14.162	9.110 ha	Parelheiros/Socorro
Parque Natural Cratera do Colônia	2012 (meta) *	Decreto nº 48.423	53 ha	Parelheiros
Parque Linear Jaceguava	2016(meta) *	Acordo de 2005 ²¹	459,7 ha	Parelheiros
Parque Linear Itaim	2016 (meta) *	Acordo de 2005	319,4 ha	Parelheiros
Parque Linear Bororé	2016 (meta) *	Acordo de 2005	195,29 ha	Grajaú
Parque Linear Varginha	2016 (meta) *	Acordo de 2005	330,21 ha	Grajaú
<i>*Consulta realizada no documento de Revisão do Plano Diretor Estratégico de Parelheiros em audiência pública ocorrida dia 16/08/2009.</i>				

¹⁹ Este Parque Natural da Cratera de Colônia localiza-se no bairro Vargem Grande. A criação desse parque está ligada a formação geomorfológica relevante para estudos científicos, porque a trinta milhões de anos houve um impacto de um meteoro com profundidade estimada em 430 metros. Segundo o Plano Regional Estratégico de Parelheiros, a cratera é portadora de evidências paleoclimáticas globais por isso a sua importância científica para futuras pesquisas.

²⁰ Esta APA segue as diretrizes do Plano Diretor de Parelheiros e faz limite com a Área Natural Tombada de Cratera de Colônia (bacia Billings), a Leste com o município de São Bernardo do Campo, a Oeste com os municípios de Embu-Guaçu e Juquitiba e a Sul com o município de Itanhaém.

²¹ Foi firmado um acordo entre a SVMA (Secretaria do Verde e Meio Ambiente), a DERSA (Departamento Rodoviário S/A) e a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SMA) estabelecendo a criação dos quatro Parques Lineares Municipais.

Segundo a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, as Unidades de Conservação são áreas reconhecidas legalmente à proteção ambiental. Podendo haver diferentes variações na sua forma de uso, desde as Unidades de Conservação Integral (UCi) até as Unidades de Conservação Sustentável (UCs). As Unidades de Conservação se apresentam como um dos mecanismos mais importantes utilizados na preservação de ambientes estratégicos produtores de água. Assim a APAs é um desdobramento das Unidades de Conservação Sustentável. Ou seja, é possível conciliar a conservação com o uso “ordenado” da natureza.

Diante deste panorama, é inquestionável que a causa primeira dos aumentos tanto dos Parques previstos, quanto das Unidades de Conservação surgem como resposta do Estado aos avanços e crescimento da população de baixa renda em área de preservação ambiental. Também é inegável a relação estreita entre conservação ambiental e turismo, receituário do “desenvolvimento sustentável”. Assim, a produção dessas áreas resulta numa duplicidade: ao mesmo tempo em que busca barrar o estabelecimento da população de baixa renda nesses locais, o entorno dessas áreas verdes poderão vir a valorizar-se. Portanto, “os espaços verdes” transformados em parques urbanos municipais pelo Estado poderão servir de instrumento para a valorização de Parelheiros.

No trabalho realizado por Serpa (2009) intitulado “O espaço público na cidade contemporânea”, o autor analisou o papel das implantações destes equipamentos em projetos de requalificação urbana. Utilizando como exemplos a Cidade de Salvador (Brasil) e a Cidade de Paris (França), o autor nos revela que

[...] os novos parques públicos são elementos de valorização do espaço urbano que contribuem para um processo de substituição de população nas áreas requalificadas. Eles tornaram-se álibis para justificar grandes transformações físicas e sociais dos bairros afetados pelas operações de qualificação urbana. (SERPA, 2009, p.42)

Desta forma, à medida que a população de baixa renda foi sendo “empurrada” para residir em Parelheiros, os problemas ambientais foram se configurando. E estes problemas, **os ambientais**, estão sendo resolvidos ou

mitigados via criação de Unidades de Conservação. E as consequências **sociais** produzidas por meio da implantação das políticas ambientais são: as remoções e demolições de moradias - de uma população cuja renda familiar de acordo com o IBGE corresponde a um terço da média municipal (602,71 em 2000). Frente a isso, Serpa (2009, p.43) nos diz “[...] é conveniente se interrogar sobre o perfil socioeconômico das populações (antes e depois das operações urbanas e implantações dos parques públicos)”. Assim, achamos pertinente demonstrar - no mapa 3 (p.50) - a faixa de renda da população residente envolta dos Parques Lineares Municipais.

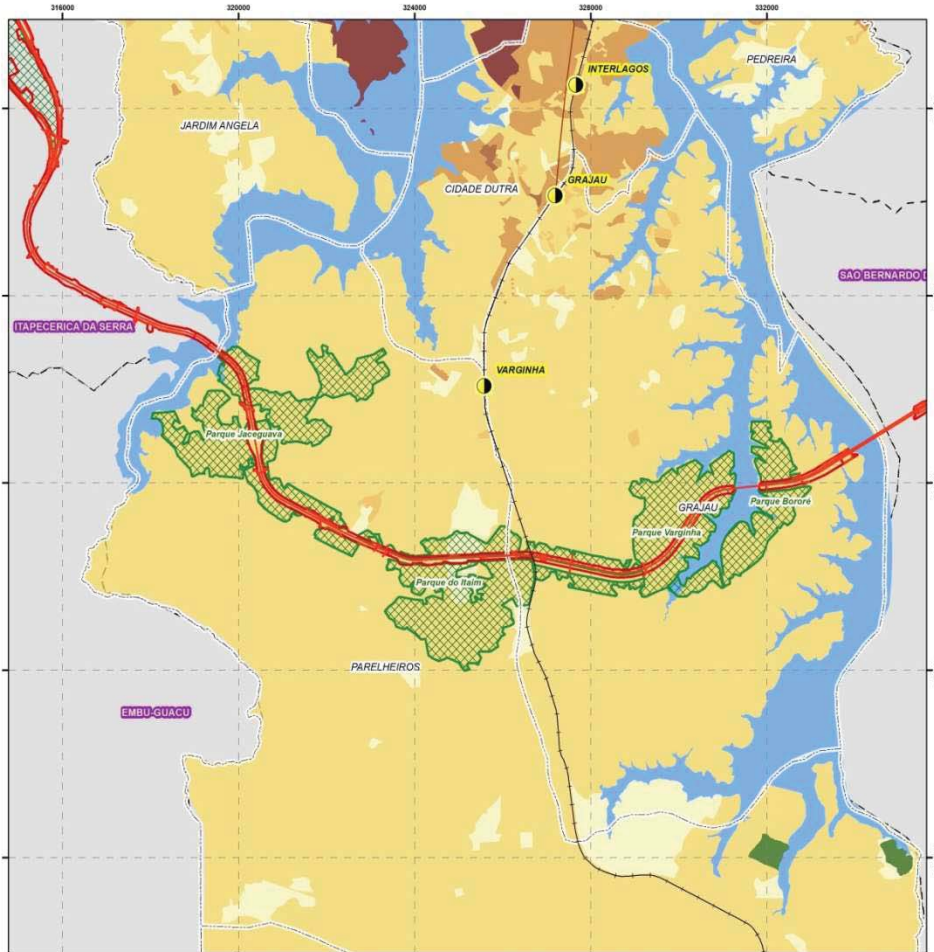
Entendemos por política ambiental em Parelheiros todo aparato legislativo e policial montado para proteger, monitorar e fiscalizar o meio ambiente no Distrito. Fato concreto disto é a criação da Operação – *policial* - Defesa das Águas, como já detalhamos anteriormente (página 25 e 26).

Todo esse processo se mobiliza por três etapas. A primeira delas é a ideológica, ou seja, difundem-se consensos, esses muitas vezes seguindo o viés sensacionalista, o que acaba culminando em posturas dóceis e consensuais frente a processos perversos que o sistema produz. A outra etapa se realiza pela criação de um aparato legal, ou seja, as normas, as regras que irão gerir aquele território e por último, atuação de quem detêm o monopólio da violência: a polícia. Tal instituição atua para conter as possíveis insurgências no momento em que houve a violação das normas que foram instituídas na etapa anterior.

Cabe neste aspecto realizarmos uma ressalva em relação aos órgãos repressivos. A presença dessa instituição nos projetos urbanos generaliza-se, o que acaba, no fim das contas, colocando a pobreza como caso de polícia. Visto que é exatamente a parcela da população de baixa renda que é expulsa dos espaços, vítimas dessas operações autoritárias. Aliás, os termos *Estratégicos e Operações* são originários de ações militares ou pelo menos nos remetem a tais. Portanto, na medida em que as políticas públicas conciliam-se em forma de parcerias, os espaços (re)configuram-se, dando vazão aos novos investimentos atuantes nessas áreas e as O.Us (Operações Urbanas) “estão destinadas a mudar a história e a geografia dos lugares, instaurando um novo espaço”(SEABRA,2004,p.284).

Mapa 3

Faixa de Rendimento Predominante na Zona Sul do Município de São Paulo: 2000

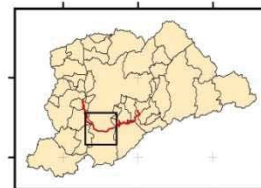


Legenda

- Estações Ferroviárias
- Rodovia dos Imigrantes
- Ferrovia
- Faixa de Domínio - DERSA
- Parques Propostos
- Terra Indígena
- Corpos D'água

Setores Censitários São Paulo 2000 Faixa de Rendimento do Responsável de Maior Ocorrência

- Sem
- Até 3 s.m.
- Mais de 3 até 5 s.m.
- Mais de 5 até 10 s.m.
- Mais de 10 até 20 s.m.
- Mais de 20 s.m.



Localização da Área de Estudo

Fonte: IBGE (CENSO).

Equipe de Socioeconomia
Elaboração dos Planos de Manejo
Parques Urbanos - Rodoanel Trecho Sul
Abril de 2011



Escala: 1:75.000



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal SAD 1969

7. Considerações Finais

O principal resultado que este trabalho proporcionou foi à compreensão de que é impossível pensarmos em políticas ambientais sérias, sem respondermos às negligências do Estado perante as políticas habitacionais. De modo que a realização de uma efetiva política ambiental deve ser pensada juntamente com a questão da moradia. Nossa argumentação está ancorada em duas análises, de momentos diferentes, a partir das ações do poder público nos mananciais. A primeira refere-se às consequências da legislação dos anos setenta, destinada à proteção dos mananciais. E a segunda argumentação, está por conta das nossas reflexões sobre os futuros projetos para a região.

A implantação desse conjunto de normas que tinha o objetivo de “disciplinar” a ocupação adensada nesses espaços, acabou favorecendo a ação de grileiros devido ao baixo valor (no mercado imobiliário formal) que os terrenos adquiriram após as restrições as ocupações de tais áreas.

Como já dissemos, a população de baixa renda encontrou a possibilidade de obter sua casa. Nesse sentido, a oferta de terra nos mananciais foi a solução para milhares de famílias. A multiplicação de moradias, em bairros alvo das ações de especuladores, era visível a cada dia. Esses bairros foram se configurando de maneira muito precária, as casas levantadas pela autoconstrução e sem a mínima presença de infraestruturas coletivas: rede de esgoto, luz elétrica, coleta de lixo, água encanada, transportes e serviço de comunicação.

Os maiores índices de crescimento das ocupações irregulares em Parelheiros data dos anos de 1990 e 1997 (ver gráfico p.21). O contexto dos anos noventa no Brasil é marcado pela abertura econômica, começo da adesão do país ao projeto neoliberal, momento em que a classe trabalhadora perde poder aquisitivo perante as transformações no mundo do trabalho. Leite (2003, p.105,106) nos esclarece bem esse momento de transição fatídica do país, que embora nos anos oitenta o desemprego urbano e o aumento da informalidade tenha se colocado de forma exponencial, a situação derradeira iria se apresentar na década posterior.

A situação se modificou por completo a partir do início dos anos 1990, quando a atividade industrial foi profundamente golpeada pela abertura do mercado: o desemprego disparou, aumentou enormemente a informalidade, o desassalariamento avançou. O aumento do desemprego conferiu ao fenômeno taxas inéditas na história do país, atingindo mais de 20% da população economicamente ativa (PEA) em algumas regiões metropolitanas (LEITE, 2003 p.105,106).

Segundo a autora a última década do século XX foi o momento em que o país inicia as transformações necessárias para seguir as novas diretrizes econômicas delineadas pelos países centrais. Proporcionando um aprofundamento das desigualdades sociais, acompanhado do movimento de concentração do capital e exclusão social. Diante disto, a chance ao acesso a moradia formal esvaiu-se. Portanto, a implantação das leis aos mananciais originada em 1975 e revista em 1997 não acompanhou de forma planejada a totalidade. De modo a atuar apenas enquanto um instrumento normativo, deslocado das transformações da realidade que o país vinha passando.

Diante deste quadro, as cidades também são redefinidas mediante as mudanças mundiais. Antigos centros [produtivos] são desapropriados e outras centralidades produzidas; são as novas funcionalidades desempenhadas pelas cidades globais. Demandas dos capitais internacionais ávidos de fluidez para reproduzir-se. Carlos (2009, p.304) com muita clareza nos diz

Desse modo, o processo de urbanização metropolitana revela a produção de um "novo espaço", isso porque o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo. Esse é o momento da redefinição da metrópole, de sua explosão, da extensão das periferias, da reprodução do espaço num outro patamar em razão dos novos conteúdos do estágio globalizado da economia das relações e dos graus de dependência das áreas entre si.

As reestruturações do processo de acumulação, entendida como acumulação flexível do capital, culminaram numa série de transformações que decaíram sobre a organização dos processos de produção. A materialização dessas mudanças se demonstra através da distribuição geográfica das empresas, nos novos padrões de consumo, na reconfiguração de bairros. Assim, o espaço urbano se converte em base material essencial para as reconfigurações provenientes das crises de acumulação capitalista. Dito de

outra maneira: as metamorfoses do espaço urbano foram e são condições para todas essas mudanças [elencadas] dentro do processo de reprodução ampliada do capital. Neste sentido, os centros das cidades (e as proximidades) enquanto lugares concentradores de infraestruturas [principalmente relacionada à locomoção], cultura e lazer estão passando por reestruturações via especulação imobiliária e revalorizações espaciais. Para contextualizar nossas considerações, achamos pertinente reproduzir parte de uma entrevista concedida pelo então e ainda prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab ²²

Primeiro: quero dizer que não existe mais a região da Cracolândia, mas sim a Nova Luz [risadas]. Esse sonho de mudar aquela região virou uma realidade, e a Nova Luz deu certo. Vamos procurar compreender este processo: existe uma área no centro da cidade que recentemente foi ampliada, que atinge mais de 200 mil metros quadrados, foi declarada de utilidade pública e será desapropriada. Dentro dessa área foi apresentado um projeto chamado Nova Luz. Este projeto criou incentivos para que empresas e comerciantes migrassem para essa região da cidade. Junto com os incentivos existe um planejamento urbano para levar moradias e serviços para lá. Este projeto visa incentivar em especial empresas na área de cultura e da tecnologia da informação, mediante redução do ISS para segmentos destes setores que estejam na faixa de 2%. Os incentivos reduzem ainda a cobrança de IPTU e ITBI em 50% nos primeiros cinco anos; criam um incentivo para investimentos que faz com que as pessoas possam abater 80% do que foi gasto na compra do terreno e na reforma ou na construção com impostos municipais. Enfim, esta ajuda que demos fez com que 62 empresas se habilitassem aqui na cidade para apresentar projetos de mudança para essa região. Pois bem, agora estamos concluindo a fase mais lenta, que é a desapropriação. E é correto que seja lenta, porque estamos tratando de interesses legítimos dos proprietários, que tem divergências com relação ao valor da desapropriação e recorrem à Justiça. Cabe ao poder Judiciário definir o valor correto. Até o mês de novembro, teremos a conclusão de todas as desapropriações, que já começaram. O primeiro imóvel inclusive foi entregue à própria Prefeitura, que deve instalar em um prédio a sede da Guarda Civil Metropolitana (GCM). A Subprefeitura da Sé irá para esta região da cidade, bem como vamos levar a sede da Prodam para o centro, e com isso vamos liberar uma área de 140 mil metros quadrados, extremamente valorizados. Portanto, com todos estes investimentos – Prodam, Subprefeitura da Sé, GCM, uma das

²² Parte da entrevista concedida pelo prefeito de São Paulo Gilberto Kassab no dia 31 de maio de 2007 no teatro Folha (shopping Pátio Higienópolis), por duas horas respondendo a perguntas de quatro entrevistadores num evento intitulado “Sabatina”. A mesma entrevista pode ser encontrada do jornal Folha de São Paulo, do dia 01 de junho de 2007 no caderno cotidiano.

regiões mais bem-dotadas de equipamentos culturais como a Sala São Paulo, Pinacoteca, Museu da Língua Portuguesa, além de infraestrutura, como duas estações de metrô, duas estações de trem, estação Júlio Prestes, estação da Luz, Parque da Luz – pretendemos fazer o leilão das áreas desapropriadas. Vamos leiloar e vai vencer quem apresentar o melhor projeto. Vai ser um lote só, ou seja, vai ser vendido tudo de uma vez, e acredito que até janeiro já teremos o leilão pronto de toda esta região. Já se apresentam hoje dois consórcios que tem projetos públicos conhecidos para a Nova Luz. Um consórcio é coordenado pela Odebrecht, e com ela diversas outras empresas. E outro projeto coordenado pelo Secovi junto com outras construtoras. Quem vencer este leilão vai fazer a reforma do centro de São Paulo.

Consequentemente, a população residente (ou ao entorno) destes espaços é pressionada, direta ou indiretamente, a se deslocarem para outras áreas menos valorizadas, como, por exemplo, os mananciais. O número de despejos de famílias que ocupam prédios abandonados na região central da cidade de São Paulo é crescente. Dados divulgados²³ apontam que 560 famílias foram atingidas somente na região central de São Paulo pela reintegração de posse. Segundo dados preliminares do Censo de 2010 são 290 mil imóveis vazios no centro de São Paulo, enquanto que o número de famílias sem ter onde morar é de 130 mil (esse número não leva em consideração as moradias precárias)²⁴. E aquelas famílias desejosas a saírem dos lugares precários da cidade, as periferias longínquas e desertadas de infraestruturas não sairão, porque a especulação imobiliária impede qualquer acesso à moradia pela população de baixa renda. Logo, as periferias enquanto lugar da reprodução da força de trabalho também são transformadas, adensadas e expandidas por este cinturão especulativo que reina absoluto na cidade de São Paulo.

²³ <http://www.brasildefato.com.br/node/10101>

²⁴ Divulgado pelo jornal O Estado de São Paulo, caderno cidades de terça-feira dia 7 de dezembro de 2010.

Tabela 4

Preço por m² nos bairros de São Paulo, considerando os lançamentos imobiliários de junho de 2011.	
Bairros	Valor médio do m ² (R\$)
Jardim Europa	17.887,21
Itaim	14.297,61
Vila Nova Conceição	13.587,20
Moema	11.636,39
Paraíso	9.126,15
Água Funda	4.962,66
Vila das Mercês	4.765,57
Tucuruvi	4.712,71
Luz	4.551,02
Cidade Ademar	4.147,18
Campo Belo	8.649,61
Alto da Boa Vista	8.468,87
Vila Mariana	8.247,27
Interlagos	3.781,06
Itaquera	3.590,91
Itaim Paulista	2.940,22
Fonte: Folha de São Paulo agosto de 2011	

A população de baixa renda não possui poder aquisitivo para adquirir um imóvel que possua no seu entorno as condições necessárias de existência (emprego) e humanização (cultura, lazer, locomoção). Precisamos lembrar repetidas vezes que essas condições foram [e são] proporcionadas pelo Estado. E o Estado como sabemos deveria alocar seus recursos (arrecadados por meio de impostos) nos espaços inexistentes de infraestruturas humanas, porém, não o faz. O que presenciamos é a implantação de infraestruturas (como por exemplo, o metrô) sendo utilizadas como potencialidade pelo mercado imobiliário. Garantindo, desta forma, bons rendimentos e altos lucros, devido à influência locacional dessas infraestruturas nos empreendimentos imobiliários. É desta maneira que o Estado junto ao mercado se alinham, se completam se formam, construindo as políticas públicas urbanas visivelmente para uma determinada parcela da população. Carlos aponta que

Cabe ao Estado, dentro da lógica do sistema capitalista, garantir a reprodução do capital, gerenciando conflitos que

possam interferir na realização do ciclo do capital, seja produzindo infraestrutura, seja controlando salários de modo a mantê-los baixos, etc. não cabe ao Estado capitalista eliminar as contradições do sistema, mas amenizá-las, mistificá-las, impondo á vida da sociedade às necessidades da dinâmica da acumulação. (1994, p.85)

Essa contextualização dos processos fez-se necessária para entendermos de forma conjunta, e não fragmentada o movimentos de formação e expansão das áreas periféricas da cidade. Isso por que as partes componentes da totalidade representam as articulações da realidade. O espaço enquanto concretude fornece a compreensão da formação dos lugares, como reprodução das relações de produção. Nesse sentido, produz e reproduz as contradições da sociedade capitalista fundamentada na divisão de classes. E essas contradições se deslocaram, ou melhor, transcenderam as fábricas. Portanto, à medida que os espaços são produzidos para o capital, ampliam-se os espaços segregados e informais dentro da cidade, ou seja, redefinindo os lugares.

A nossa segunda consideração partirá da reflexão dos projetos a serem implantados na região de Parelheiros, que entendemos como resposta para barrar tanto as ocupações ainda crescentes, quanto para revalorizar parte daquele espaço devido às potencialidades mercadológicas que os “espaços verdes” constituem. É um fato os esforços por parte dos gestores em criar sinergias para o turismo em Parelheiros, que embora exista uma procura, ainda é incipiente. Existem projetos que estão sendo estudados para serem implantados em 2014 como podemos conferir na divulgação de um site da região ²⁵, que também foi bastante mencionado em nossa entrevista com o empresário Roberto Carlos.

No dia 24 de outubro, em reunião do conselho gestor da APA CAPIVARI-MONOS, discutimos o projeto da **ciclovía** que consta no plano de manejo da UC. Está escrito e aprovado no programa de gestão da UC: "viabilizar ciclovía atravessando as duas APAs CAPIVARI-MONOS e BORORÉ-COLÔNIA, ao longo do ramal existente da ferrovia, integrando a estação (futura) Varginha da CPTM ao Pólo Ecoturístico de Evangelista

²⁵ [http://www.silcol.com.br/#/flog/album/veja-parelheiros--trem-tur-stico--projeto-parelheiros\\$c=1349317620037](http://www.silcol.com.br/#/flog/album/veja-parelheiros--trem-tur-stico--projeto-parelheiros$c=1349317620037)

de Sousa", na Barragem. Está aí a grande oportunidade de escrevermos o projeto do expresso turístico para Parelheiros. Parelheiros precisa de um choque de desenvolvimento sustentável. Precisa de investimento público na infraestrutura local. Precisa de indutores de desenvolvimento econômico. Parelheiros precisa aproveitar os recursos para a copa do mundo, pois, os roteiros turísticos da região sul da cidade de São Paulo, estão sendo revisados pelo SEBRAE-SP, para serem oferecidos aos turistas que estarão na cidade no evento da FIFA 2014.

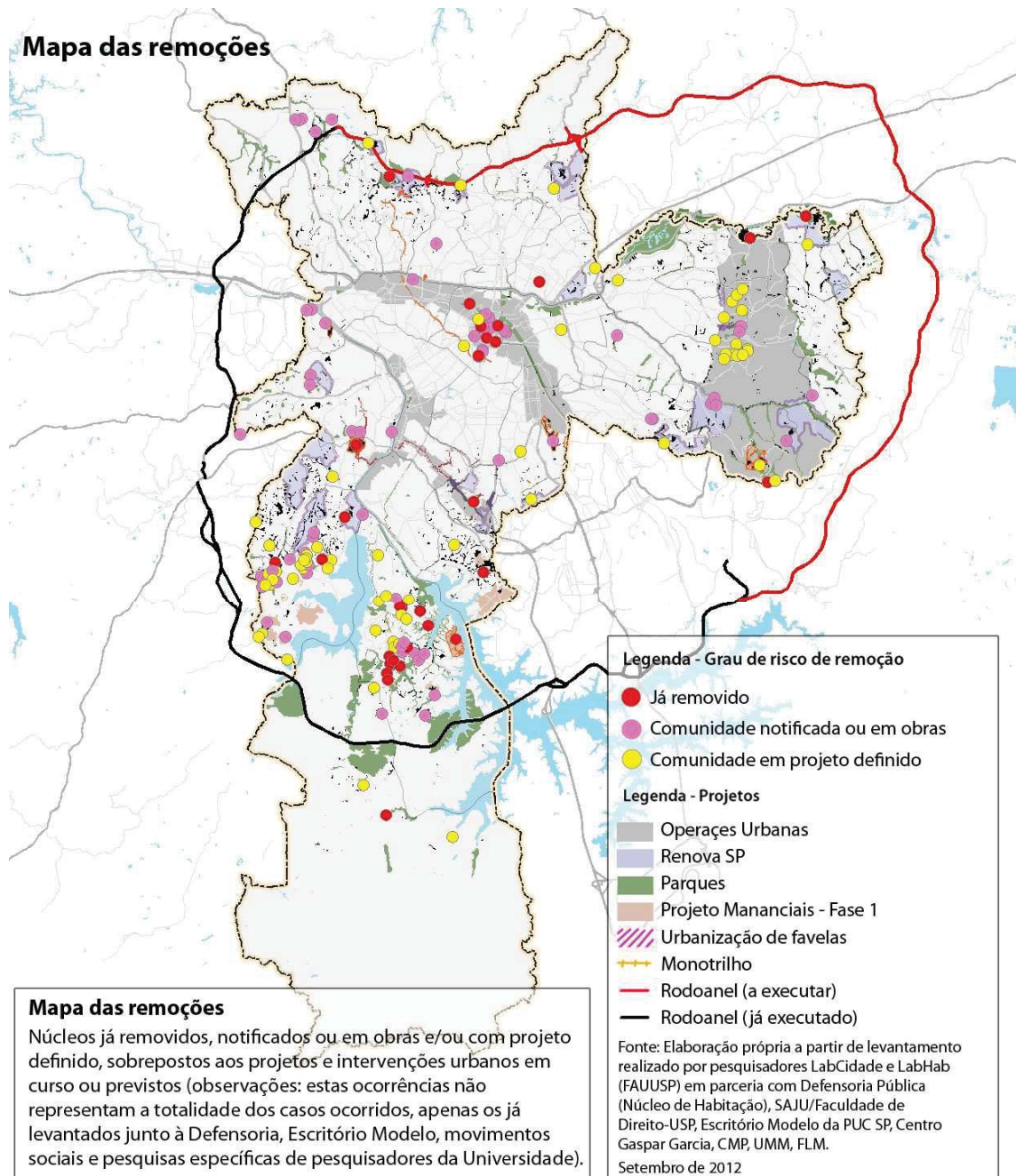
No dia dois de maio de 2012 os gestores da subprefeitura de Parelheiros junto ao Governador do Estado de São Paulo realizaram uma audiência, onde foram apresentados três projetos de desenvolvimento sustentável. O primeiro refere-se ao expresso trem turístico que partiria da estação da luz rumo a Parelheiros, o segundo consiste na implantação de uma ciclovía entre as APAs e o terceiro seria a Plastacom (Plano de Segurança Turística, Ambiental e Comunitária de Parelheiros), sendo este um plano de segurança turística, comunitária e ambiental de Parelheiros. Além disso, foi aprovada a obra que inclui Parelheiros no programa "Trilhas da Copa".

Diante destes novos projetos, inferimos que a preservação ambiental tomou outros rumos, ampliou-se a discussão, e essa por sua vez elencou outros setores. Embora esteja em fase inicial, o setor do turismo é muito almejado por determinados moradores, porque suas propriedades já são utilizadas para esta finalidade, especificamente o ecoturismo. Além disso, afirmam os gestores técnicos da subprefeitura que o turismo enquanto setor econômico é o mais adequado porque se enquadra no discurso da sustentabilidade. Presenciamos que essas mudanças produzem e estão baseadas no distanciamento da população residente dos "espaços verdes" (ou, quando não, é via remoção diretamente). Resultado da criminalização construída de forma ideológica para formar opiniões sobre a realidade imediata.

Essa colocação nos traz outro apontamento, referente aos parques lineares, como já mencionamos a meta de implantação está posta para 2016. Porém, nossa indagação é: quais funções esses equipamentos em Parelheiros cumprirão? Um estudo realizado pelo Observatório de Remoções da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, divulgou que existem hoje na cidade de São Paulo 486 favelas em áreas de interesse da prefeitura para a

execução de projetos entre eles, operações urbanas, parques lineares, Projeto manancial entre outros, e isso significa possibilidade [alta] de remoção forçada. (ver mapa 4)

Mapa 4



A “natureza”, portanto, surge como necessidade, porque se transformou em nova raridade, nesse sentido a natureza é produto do urbano. Primeiro porque intervimos no espaço enquanto agentes transformadores na relação homem-natureza, depois pela própria condição de escassez dos atributos naturais, provenientes desta relação e sua conseqüente apropriação privada. Para tanto, essa necessidade, condição desta nova raridade será suprida via relação de troca, em outras palavras, pelo mercado. E aqui fechamos nossas análises para essas metamorfoses transcorridas por esses novos projetos políticos nos mananciais do extremo da zona sul de São Paulo. Ou seja, as políticas de proteção ambiental estão a serviço do consumo do espaço, aprofundando ainda mais a segregação socioespacial da cidade.

E podemos com toda certeza afirmar que este período que vem acompanhado de todas essas transformações não está tranquilo, não está calmo. Se dentro das fábricas e empresas a dificuldade de sentirmos as contradições e amarras entre detentores e não detentores dos meios de produção, no espaço urbano essas amarras são latência. Nossa locomoção é vigiada no “dito espaço público”, estamos perdendo o direito à moradia, além disso, nosso tempo está sendo mutilado dentro das grandes cidades. Visualizamos a cidade partida, segregada e delimitada todos os dias. Estamos de acordo com Lefebvre (2008, p.47) quando menciona que “as sociedades que não atravessaram uma crise quando da industrialização sem dúvida irão conhecê-la no curso da urbanização.” De fato é isso, sentimos essa crise em nosso cotidiano, e isso tende a se aprofundar à medida que o capital precisar se valorizar. Portanto, por mais que este urbanismo recrie a todo o instante maneiras de nos aprisionar, ele mesmo alimenta, dia após dia, os germes da insatisfação, proporcionando às virtualidades um caminho do presente.

8. Referências Bibliográficas

ALVES, Glória da Anunciação. A segregação socioespacial na metrópole paulistana. **Revista GEOUSP**, São Paulo, n°29, p.33-42, 2011.

BERTOLOTI, Frederico. **Os conteúdos sociais da crise ecológica: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga**. São Paulo, 2010. 268f. Dissertação (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARLOS, Ana Fani. **A Cidade**. 2ªed., São Paulo, Contexto, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. SÃO PAULO: Edusp, 2008.

CARLOS, Ana Fani. A Metrópole de São Paulo contexto da urbanização contemporânea. ESTUD.AV.VOL.23 N°66 SÃO PAULO 2009 .

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável**. In: Zhouri. Andréa, Laschefski. Klemens, Pereira, Doralice Barros (Org). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 2000.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo**: Faria Lima e Água Espraiada. SÃO PAULO: Boitempo, 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ªed,São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVEZ, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 2ªed, São Paulo: Contexto,1990.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A Estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Fundação IBGE: Rio de Janeiro, 1971.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. 3ªreimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais.** São Paulo: Editora Fundação Perseu de Abreu, 2003.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano.** GEOUSP- Espaço e Tempo. São Paulo, n°24, p.109- 123 , 2008.

MAIA, Doralice Sátyro. **Hábitos rurais em vidas urbanas.** In DAMIANI Amélia Luisa, CARLOS Ana. Fani. Alessandri, SEABRA Odette de Lima. (Org.) O Espaço no fim do século: a nova raridade. 2ªed, SÃO PAULO: CONTEXTO,2001.

OLIVEIRA, Edilson Luís de. **Projeto Interlagos- a “a praia” que faltava à São Paulo:** contradições e significados da inserção de Santo Amaro/ zona sul na formação sócio-espacial metropolitana. São Paulo, 1996. 285fl. Dissertação (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Mercado velho de Santo Amaro.** São Paulo: Publicação do Departamento do Patrimônio Histórico, 1978. Secretaria Municipal de Cultura. Série Registros 2.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Cidade, cotidiano e imaginário.** In BORZACCHIELLO, J DA SILVA, COSTA. M.C. e DANTAS C. W. E. FORTALEZA (Org). A Cidade e o Urbano: temas para debate. EUFC, 1997.

PINTAUDI, Silvana Maria; IGLESIAS, Norberto; ROLNIK, Raquel. **O espaço do público:** intervención de Silvana Pintaudi.In: Memoria del IV seminário internacional de la Unidad temática de desarrollo urbano. Rio Claro: Mercociudades Malvinas Argentina, 2001.

PRADO, J, C. **História econômica do Brasil.** 46º ed. São Paulo, Brasiliense: 2004.

RIBEIRO, Miguel Angelo. **Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas de gestão ambiental.** Boletim Goiano de Geografia, 17(2): 73-91, jul./dez. 1997.

TELLO, Rosa Robira. **Áreas metropolitanas:** espaços colonizados. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Carreras, C. (Org.) Urbanização e mundialização. Geousp Abordagens, Contexto: São Paulo, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés Rodrigues. **A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”**: **Produção do Espaço Urbano- agentes, escalas, conflitos**. In CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTANA, Paola Verri de. **Ecoturismo**: uma indústria sem chaminé? São Paulo: FFLCH, 2008, 147p. Inclui bibliografia 1. Geografia Humana 2. Turismo

SANTORO. Paula Freire; FERRARA. Luciana Nicolau. & WHATELY, Marussia (ORG.). **Mananciais**: diagnósticos e políticas habitacionais. – SÃO PAULO: Instituto Socioambiental, 2009.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SCIFONI, Simone. **A construção do Patrimônio Natural**. São Paulo, 2009, 293fls. Tese de Doutorado (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo.

SCIFONI, Simone.; ALVAREZ, I.A.P. (Org.). **Plano de manejo**: parques naturais municipais de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Itapeverica da Serra e Embu (rodoanel trecho sul). São Paulo, 2011. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais. Universidade de São Paulo

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; e OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. (Org.). **Geografia de São Paulo**: representação e crise da Metrópole. SÃO PAULO: Contexto 2004.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: contexto, 2009.

SUZUKI, Julio César Suzuki. Metamorfose da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani. Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Org.). **Geografia de São Paulo**: representação e crise da Metrópole. SÃO PAULO: Contexto, 2004.

TOLMASQUIM, Tiomno Maurico. **Economia do meio ambiente: forças e fraquezas**. In: Cavalcanti, Clovis (Org). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

PARELHEIROS. [S.L.: S.N, 200--].

VAINER. Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. . ARANTES Otilia; VAINER. Carlos Bernardo; MARICATO. Ermínia. (Org). **A cidade do**

pensamento único: desmanchando consensos RIO DE JANEIRO: VOZES, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: Segregação Urbana e Desigualdade**. Estudos Avançados: Dossiê São Paulo, hoje, vol.25, nº1. São Paulo jan/abr.2011.

9. Anexos

Anexo 1 (Boletim Operação Defesa das Águas, junho de 2007)

Boletim da Operação Defesa das Águas 

Contra quem suja os mananciais

Combate severo ao despejo de lixo e entulho e às construções ilegais

Está em curso, desde março, a Operação Defesa das Águas, conjunto de medidas da Prefeitura e do Governo do Estado para controlar e recuperar as represas Billings e Guarapiranga. Duzentos homens da Guarda Ambiental patrulham as margens em carros e motos para prevenir construções ilegais. Uma Zeladoria Urbano-Ambiental, formada por estudantes, verifica desmatamentos, movimentações de terra, construções, despejo de entulho e outras infrações no uso e ocupação do solo. Pontos-de-venda de material de construção e fábricas de blocos e tijolos na área estão sendo fechados. Caminhões com material circulando na região, apreendidos. Quem faz casas novas tem a construção demolida – já aconteceu mais de uma centena de vezes. Grupos de casas estão sendo urbanizados, para que o esgoto e o lixo não cheguem às represas e não sujem a água que todos nós bebemos. Os locais foram mapeados e estão sendo visitados. Essas ações são permanentes, para controlar as invasões, evitar a destruição do ambiente e não deixar a situação piorar.



Construções ilegais são verificadas e, não habitadas, são demolidas. Agentes vistorres são treinados para identificar e ajudar a suspender o avanço das construções.




26 km²
de seis córregos
estão sendo
despoluídos.
Beneficiadas:
270 mil pessoas.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Prefeito
Célio Roberto Kassab

EXPEDIENTE
Jornalista responsável
Sérgio Rondino - MTR 8367
Reportagem e Fotos
Assessoria de Imprensa da
Subprefeitura Capela do Socorro, MBOI
Návio, Parelheiros e Cidade Ademar
Produção editorial
Grupo CEI

Prefeitura da Cidade de São Paulo
Vadato do Chá, 15

 **PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

BOLETIM DA OPERAÇÃO DEFESA DAS ÁGUAS




AQUI Represas

Informação à comunidade Junho de 2007

7 novos parques na Guarapiranga

Construções ilegais e lixo já estão sendo retirados da Billings e da Guarapiranga. Agora, é a vez da urbanização.

Desde março, um conjunto de ações da Prefeitura (nas fotos, limpeza, demolições e vigilância) procura conter a destruição e melhorar a situação das represas. A última novidade desse programa acaba de ser anunciada: a urbanização da orla da Guarapiranga.



Qualquer nova construção é desfeita. E o lixo está sendo recolhido com mais frequência. A Guarda Ambiental é a força especializada de vigilância.

Os distritos de Parelheiros e Marsilac constituem a maior área territorial das 31 subprefeituras de São Paulo. São 353 Km², ou seja, 1/4 do território municipal, rico em recursos naturais: água límpida, florestas e ar puro – um verdadeiro patrimônio ambiental da metrópole paulista.

A região produz 24% da água que São Paulo precisa para as atividades industriais, de lazer, agricultura e abastecimento público.

Essa porção de território é tão importante que está protegida por várias leis federais, estaduais e municipais.

O conjunto de matas, e os trechos de terra permeáveis à penetração da água no solo sem moradias, criam um ambiente favorável ao aparecimento de riachos e olhos d'água que acabam por formar as represas Billings e Guarapiranga.

O último censo informa que na década de 1990 a 2000 houve um crescimento significativo da população na região. Saltou de 61.586 moradores para 111.240, dificultando, por um lado, o planejamento do poder público em oferecer melhores condições de transporte, saneamento, habitação e trabalho e, por outro, prejudicando a produção de água. Já se estima em 150.000 habitantes, exigindo da prefeitura e da própria população, um grande cuidado na forma de ocupar o terreno com construções, de forma que não se prejudique a rede hídrica. A posse do território começou com a chegada de 94 famílias alemãs, em 1829, cujos remanescentes habitam ainda hoje a região. Seguiu-se a colonização japonesa, na década de 50, que desenvolveu a agricultura, transformando os distritos de Parelheiros e Marsilac na maior área agrícola de São Paulo.

Além dos brasileiros de todos os estados distribuídos em 90 bairros, há duas aldeias indígenas Pyau (Krukutu) e Tenondê Porá (Morro da Saudade) de um subgrupo guarani, com cerca de mil pessoas, localizadas na estrada da Barragem, e que mantêm vivas sua língua, cultura e religião. A região, por suas características rurais, apresenta um grande potencial turístico com belos condomínios residenciais, trilhas, passeios a cavalo, cachoeiras, centros espirituais, casarios e cemitérios, um, com mais de 200 anos, além de estações férreas com planos de reativação dos trens de passeio.



Solo Sagrado - Templo da Igreja Messiânica. Aberto à visitação de terça a domingo. Está a 6 km da Av. Sadamu Inoue. Tem uma bela vista da Represa Guarapiranga e paisagismo de contemplação.



Estação Ferroviária Evangelista de Souza - Antiga estação da Estrada de Ferro Sorocabana que ligava São Paulo a Santos. Hoje o ramal encontra-se desativado. Está no km 5,5 da Estrada Evangelista de Souza, vindo da Estrada da Barragem.



Cratera da Colônia - Formada há 35 milhões de anos com a queda de um meteoro. Tombada pelo CONDEPHAAT, abriga uma ocupação irregular de 40 mil pessoas. A associação de moradores tem um mirante aberto a visitas.

Colônia - Bairro fundado pelos alemães em 1829. Atrações: Igreja e cemitério fundado em 1840 (o primeiro particular no Brasil) e Restaurante.



Aldeias Indígenas - Comunidade tradicional Guarani com cerca de mil pessoas. Venda de produtos artesanais. Tenondê Porá está no Km 8 da Estrada da Barragem. Krukutu está no km 10,5 da Estrada da Barragem.

APA Bororé-Colônia e APA Capivari Monos - Áreas de Proteção Ambiental com recursos naturais: Mata Atlântica, rios, cachoeiras e trilhas.

Centro Paulus - Centro antroposófico, realiza cursos, seminários e oferece estadia e refeições.

Artemisia - Centro antroposófico, realiza cursos, seminários e oferece estadia e refeições.



Guarapiranga Golf & Country Clube - Prática esportiva de golfe. Campo com 18 buracos e bela paisagem com vista para a represa, a 7,5 km da Av. Sadamu Inoue.



Posto de Atendimento ao Turista / PAT - Em frente à Praça do Trabalhador e Terminal Varginha.



Posto de Informação Turística / PIT - Fica no centro de Marsilac. Têm monitores turísticos.

Centro de Parelheiros - Praça central, comércio local, campo de futebol e lazer, terminal de ônibus, cemitério e restaurantes.



Sítio Pousada Silcol - Recreação, trilhas, passeio a cavalo, bicicleta. Localizado na Estrada da Ponte Alta, a 13,5 km do centro de Parelheiros.



Acampamento Águas da Serra - Recreação, atividades em lagos, trilhas, piscinas, fazendinha, aventura e campos. Somente para grupos; agendar com antecedência. Localizado na Estrada da Ponte Alta, a 13,5 km do centro de Parelheiros.



Reserva Particular do Patrimônio Natural / RPPN - Sítio Curucutu. Possui 10 hectares de Mata Atlântica em regeneração. Tem uma área com pinus e eucaliptos utilizados para a produção de móveis e fornecimento de lenha.



Núcleo Curucutu - Parque Estadual da Serra do Mar. Passeios por trilhas (permitido somente às pessoas autorizadas pela administração). Acesso pelo centro de Parelheiros, seguindo pelas Estradas Engenheiro Marsilac, Ponte Alta, Ponte Seca e Bela Vista, a 25 km do centro. Mais informações no telefone: 5975-2000.



Artesanato Pró-Brasil - Venda de colchas de retalhos, jogos americanos e enfeites de pano.



Restaurantes

Regional - Centro de Parelheiros

Leishe - Centro da Colônia

Recreio do Sino - Estrada do Jusa

Cantinho do Caminhoneiro - Centro de Parelheiros

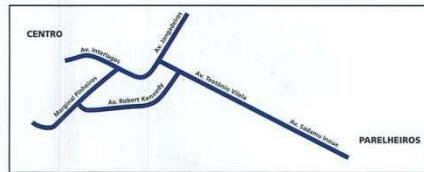
O Tempero - Estrada de Marsilac

Ciclovia - Em construção, liga Parelheiros à Colônia.

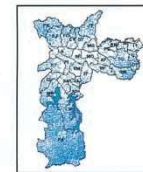
Localização



Como Chegar



Rios de S. Paulo



SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS

Av. Sadamu Inoue, 5252 - Jardim dos Álamos - Tel.: 5926-6500

<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/sppa>

<http://parelheirosportaldasaguas.blogspot.com>

www.parelheiros.info





Igreja de Colônia, em Parelheiros, construída por imigrantes alemães

Turismo no extremo sul da cidade ganha guia on-line

Séculos, casarão histórico, mais de 50 cachoeiras, parques, aldeias indígenas, trilhas, represas. É o extremo sul paulistano, distante 30 km da praça da Sé.

Informações sobre tudo isso e ainda sobre a infraestrutura de turismo, como pensadas, restaurantes, locais para eventos e outros serviços estão agora reunidas na web.

O crescimento do turismo na região — cerca de 15% ao

ano — levou a Amteip (associação local dos empresários de turismo) a criar o guiaparelheiros.com.br.

Em 2009, segundo o Sotobem, 570 mil pessoas visitaram as Áreas de Proteção Ambiental Escure-Collônia e Capivari-Moncos, que abrangem os distritos de Parelheiros, Mairinque e Guaratuba.

"Queríamos colocar tudo sobre o turismo da região em um único lugar", diz Roberto

Carlini da Silva, dono da pousada Silfóol, em Mairinque.

Nas quase três décadas de experiência no ramo, ele diz que a região sempre atraiu (e continua a atrair) quem quer "uma atmosfera rural, andar a cavalo, deixar na rede".

Mas de três anos para cá, diagnosticou Roberto (que é especialista em ecoturismo), a tendência é a aventura, como caminhadas por trilhas e descidas de rio com bote, ou



Cachoeira do Sagui, uma das atrações do extremo sul de SP

Anexo 5 (Matéria de 1984 do jornal folha de São Paulo, denunciando a especulação imobiliária.)

Retirado do acervo da Biblioteca Prestes Maia em São Paulo

*Folia SP
31/05/84*

A grande batalha de Parelheiros 3 contra a especulação imobiliária

CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO

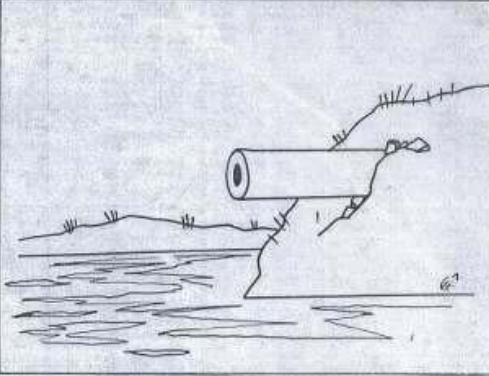
Ao sul da cidade de São Paulo, tendo como epicentro Parelheiros, a 22 quilômetros do centro de Santo Amaro, na região dos grandes lagos, está ocorrendo hoje a maior batalha, provavelmente, da grande guerra contra a especulação imobiliária, iniciada há mais de 30 anos.

As represas Billings e Guarapiranga, ao serem construídas nos anos 20, atraíram empreendedores imobiliários que, inicialmente, para lá levaram clubes e loteamentos de alto padrão, especialmente para estrangeiros e seus descendentes, apreciadores da natureza e do clima frio e nevoso.

Em 1948, com a instalação do ramal da Sorocabana ao longo do rio Pinheiros, demandando Santos, criaram-se as condições para um espetacular surto industrial em Santo Amaro, adjacente ao ABCD. Os 100 mil empregos industriais que ali se localizaram, número esse superior ao de Osasco, atraíram um volume muito maior de trabalhadores, que buscaram trabalho no setor de serviços de apoio a essa industrialização e da construção civil decorrente.

A onda de famílias de classe média e rica dos 30 anos precedentes a 30 se somou, daí por diante, a onda de trabalhadores. Neste início da década de 80 está se produzindo o choque entre essas duas ondas populacionais, agravado e muito pela barreira legal da legislação de uso do solo municipal e metropolitana protetora dos mananciais de água representados pelas bacias das represas Billings e Guarapiranga.

A percepção da iminência da invasão populacional dos mananciais levou os planejadores urbanos de São Paulo a propor e fazer aprovar leis de zoneamento municipais (no município de São Paulo a Lei 7825, de 1972, com o prefeito Figueiredo Ferraz) e metropolitana (a Lei estadual 898, de 1975, com o governador Paulo Egidio Martins). Essas leis fundamentaram-se nas conclusões do PMDI — Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado que, em boa hora, propôs e fez aprovar, em 1970, alteração radical na direção de crescimento da metrópole de Sul, que era, para Leste. De fato, o PUB — Plano Urbanístico Básico, elaborado na gestão do prefeito Faria Lima, em 1968, previa o crescimento para o Sul e estabelecia a conveniência da implantação de um grande pólo industrial em Parelheiros! Essa previsão provocou uma onda especulativa na expectativa da gigantesca valorização que seria provocada na região em decorrência da instalação desse pólo industrial.



Diretrizes firmes do governador Paulo Egidio e do prefeito Olavo Setúbal, no sentido da obediência à legislação protetora dos mananciais, como pela não extensão de facilidades excessivas de acesso à região, conseguiram retardar o processo de invasão. Na gestão de Paulo Maluf e Reynaldo de Barros, vemos hoje que as diretrizes devem ter sido outras, a julgar pelo aumento havido naquele período da invasão de terras por inúmeros loteamentos clandestinos, especialmente para famílias de poucos recursos.

Além de não aperfeiçoar o sistema de fiscalização municipal e metropolitana da aplicação da legislação protetora dos mananciais, a gestão Maluf-Reynaldo procurou facilitar o acesso à região construindo uma rodovia de duas pistas, sob a denominação eufemística de corredor de exportação, suldo de Santo Amaro e na direção de Parelheiros. Deixou a obra em andamento e contratada de forma a impedir a rescisão do contrato. Essa avenida foi inaugurada há um mês. Gastaram-se nela apenas recursos próprios sem ao menos buscar obter empréstimos ou recursos a fundo perdido fora da administração municipal, tal a ânsia de nos deixá-la como fato consumado. O conseguiram.

Ainda Maluf e Reynaldo buscaram a todo custo levar a Cohab para a região, sob o pretexto de, sendo ali a terra barata, ser conveniente a implantação de seus conjuntos habitacionais.

Mobilizaram eles os técnicos dos vários organismos competentes como da Cetesb (poluição), Sabesp (coleta e tratamento de esgotos), SNM-Emplasa e Cogep (uso do solo) para estudar o assunto, ordenando que viabilizassem tal ocupação dos mananciais pela Cohab.

Alguns dados estatísticos fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica